UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TÊXTIL E MODA

LETICIA JANINI GODOY

**Crítica à sustentabilidade: o descompasso entre o discurso e as práticas das
redes de moda brasileiras**

São Paulo
2018

LETICIA JANINI GODOY

Crítica à sustentabilidade: o descompasso entre o discurso e as práticas das redes
de moda brasileiras

Versão original

Dissertação apresentada à Escola de Artes,
Ciências e Humanidades da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de Mestre
em Ciências pelo Programa de Pós-
Graduação em Têxtil e Moda.

Área de concentração:
Têxtil e Moda

Orientador:
Prof. Dr. Maurício de Campos Araujo

São Paulo

2018

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO
(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)
CRB 8- 4936

Godoy, Leticia Janini

Crítica à sustentabilidade: o descompasso entre o discurso e as
práticas das redes de moda brasileiras / Leticia Janini Godoy ;
orientador, Maurício de Campos Araujo. – 2018
107 f. : il

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-
Graduação em Têxtil e Moda, Escola de Artes, Ciências e
Humanidades, Universidade de São Paulo
Versão original

1. Moda. 2. Sustentabilidade. 3. Análise do discurso. I.
Araujo, Maurício de Campos, orient. II. Título.

CDD 22.ed. –. 391

Nome: GODOY, Leticia Janini

Título: Crítica à sustentabilidade: o descompasso entre o discurso e as práticas das redes de moda brasileiras

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Têxtil e Moda.

Área de concentração:
Têxtil e Moda

Aprovado em: (___ / ___ / ___)

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____

Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____

Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____

Aos meus pais, pelo amor incondicional.

Agradecimentos

Ao meu orientador, Prof. Dr. Mauricio de Campos Araujo pelo estímulo na jornada do conhecimento.

Ao Prof. Dr. Antonio Takao Kanamaru e à Profa. Dra. Sylmara Lopes Francelino Gonçalves Dias pelos aportes oferecidos na qualificação.

Aos colegas de mestrado do Programa de Têxtil e Moda: Maria do Carmo, Patricia, Renata, Shirley eThamires pelas trocas e apoio.

Aos meus amigos: Carol Takeda, Carin Carrer, Fábio Tozi, Fabio De Rose, Luiz Vieira, Michelle Redondo e Pedro Vieira cujas conversas muito me ensinaram.

A Guilherme Kujawski, companheiro de vida, pelo apoio intelectual e emocional.

Perhaps, the destiny of many is to have a short, but fiery, exciting and extravagant life rather than a long, uneventful and vegetative existence. Let other species — the amoebas, for example — which have no spiritual ambitions inherit an earth still bathed in plenty of sunshine.

Georgescu-Roegen

RESUMO

GODOY, Leticia Janini. **Crítica à sustentabilidade**: o descompasso entre o discurso e as práticas das redes de moda brasileiras. 2018. 107 f.
Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Versão original.

A presente pesquisa realiza uma crítica acerca das contradições entre discurso e prática da cadeia de moda brasileira à luz da teoria da sustentabilidade. Em particular, avalia-se se as ações das duas maiores redes de moda nacionais – Renner e Riachuelo – são pertinentes às mensagens politicamente corretas que elas propagam nas mídias. Tal empreitada fundamenta-se em análise de conteúdo disponível eletronicamente em suas páginas corporativas, o qual foi confrontado tanto com o ideário promovido originalmente pela Organização das Nações Unidas (ONU), como pelo senso comum. Assim, propõe-se alcançar o entendimento do conceito de sustentabilidade sob o ponto de vista das empresas tratadas, considerando-se a sua crescente polissemia. Em segundo plano, procura-se verificar se a práxis empresarial é verdadeiramente consoante com os valores e princípios ditados pela noção geral de sustentabilidade. Os resultados apontam que a lógica concorrencial e predatória que permeia o negócio das empresas analisadas contrariam os princípios de sustentabilidade, destituindo-lhes de sua legitimidade e credibilidade.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Discurso. Moda.

ABSTRACT

GODOY, Leticia Janini. **Criticism to sustentability**: the mismatch between the discourse and the practices of Brazilian fashions chains. 2018. 107 p.
Dissertation (Masters of Sciences) – School of Arts, Sciences and Humanities,
University of São Paulo, São Paulo, 2018. Original version.

The present research criticizes the contradictions between discourse and practice within Brazilian fashion industry's productive chain in the light of the theory of sustainability. In particular, it is assessed whether the actions of two main local fashion retailers – Renner and Riachuelo – are pertinent to the politically correct messages they propagate in the media. Such undertaking is based on an analysis of content available electronically in their corporate pages, which have been confronted both with the ideas originally promoted by the United Nations and by common sense. Thus, it aims to reach an understanding of sustainability concept from the point of view of the examined companies, considering its increasing polysemy. In the background, it intends to check if the business praxis is truly consonant with the values and principles dictated by the general notion of sustainability. The results indicate that the competitive and predatory logic that permeates the business of the analyzed companies contravenes the principles of sustainability, depriving them of their legitimacy and credibility.

Keywords: Sustentability. Discourse. Fashion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo de suprimento do <i>fast fashion</i>	62
Figura 2 – Missão, visão e valores da Renner.....	66
Figura 3 – Plano Estratégico da Sustentabilidade.....	69
Figura 4 – Missão, visão e valores da Riachuelo.....	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIT	Associação Brasileira da Indústria Têxtil e Confecção
ABVTEX	Associação Brasileira do Varejo Têxtil
BCI	Better Cotton Initiative
BDT	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAK	Curva Ambiental de Kuznets
CEO	Chief Executive Officer
CMMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
EMI	Inteligência de Estudos e Marketing Industrial
FIE	Federação das Indústrias
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IPPC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
ISS	Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza
GRI	Global Reporting Initiative
LED	Light Emitting Diode
LEED	Leadership in Energy and Environmental Design
MPT	Ministério Público do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIBIUSP	Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
TST	Tribunal Superior do Trabalho

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 OBJETIVOS.....	19
1.2 JUSTIFICATIVA.....	19
1.3 METODOLOGIA.....	20
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	24
2.1 O ARCABOUÇO TEÓRICO DA ECONOMIA DOMINANTE.....	24
2.1.1 O crescimento econômico e suas implicações éticas.....	27
2.1.2 Georgescu-Roegen: a heterodoxia na economia.....	31
2.1.3 Economia estacionária <i>versus</i> economia do decrescimento.....	34
2.1.4 O surgimento da Economia Ecológica.....	36
2.2 O DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE.....	37
2.2.1 Sustentabilidade fraca.....	44
2.2.2 Sustentabilidade forte.....	45
2.2.3 A proposta tecnológica.....	47
2.2.4 A proposta das energias renováveis.....	52
2.2.5 A proposta da reciclagem.....	58
3. O NASCIMENTO DO <i>FAST- FASHION</i>.....	61
3.1 LOJAS RENNER.....	63
3.1.1 Apresentação da empresa.....	63
3.1.2 Fundamentos corporativos.....	65
3.1.3 O discurso da sustentabilidade da Renner.....	66
3.2 LOJAS RIACHUELO.....	72
3.2.1 Apresentação da empresa.....	72
3.2.2 Fundamentos corporativos.....	74
3.2.3 O discurso da sustentabilidade da Riachuelo.....	76
4 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS EMPRESAS.....	81

4.1 DANOS E COMPENSAÇÕES.....	81
4.2 VIDA ÚTIL DOS PRODUTOS.....	82
4.3 DOAÇÃO.....	83
4.4 CÓPIA, IMITAÇÃO E PLÁGIO.....	84
4.5 FINANCEIRA.....	85
4.6 IMPOSTOS.....	86
4.7 LOGÍSTICA.....	88
4.8 TRABALHADORES.....	88
4.9 INSTITUIÇÕES.....	90
4.10 PREÇO.....	91
4.11 INVESTIMENTOS.....	92
4.12 REINDUSTRIALIZAÇÃO.....	93
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS.....	99

1 INTRODUÇÃO

Desde a Revolução Industrial inglesa do século XVIII até os dias atuais, a indústria têxtil está intimamente relacionada com os processos de industrialização e de crescimento econômico dos países¹. Por se tratar de um setor da economia de fácil implementação comparativamente a outros, a indústria têxtil mundial é um importante motor das economias, embora venha sofrendo constantes abalos, especialmente a concorrência das empresas chinesas subsidiadas, acrescida do fim das quotas de importação impostas pela Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2005².

Segundo a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT, 2017), a indústria têxtil e de confecção nacional é a segunda maior geradora de empregos da indústria de transformação (16,7% dos empregos, sendo 75% oriundos da mão de obra feminina) e responsável por 5,7% do faturamento desse setor (R\$ 144 bilhões).

Já o varejo de moda brasileiro espalha-se por volta de 149 mil pontos de venda, desde lojas independentes (não organizadas em redes) até, em sua grande maioria, multimarcas, passando por redes especializadas de produtos (*lingerie*, moda feminina, moda masculina, infantil, etc.), incluindo lojas departamentadas de moda, com linhas de produto para toda a família e ocasiões (ex: Renner, Riachuelo, C&A, Marisa, Pernambucanas, Zara, etc.). No conjunto, em 2017, movimentaram R\$ 220 bilhões de receita e comercializaram 6,24 bilhões de peças. (IEMI, 2018).

No mundo, o continente asiático concentra 73% da produção de têxteis e 65% de produtos de vestuário. A China³, sozinha, detém 50% da produção têxtil mundial (41

1 A indústria têxtil foi responsável pela formação dos mais importantes núcleos econômicos do Brasil como a zona industrial da capital paulista (Moóca e Belém), região de Americana (interior de São Paulo), Linha Sorocabana, Vale do Itajaí, Zona da Mata Mineira e Região Serrana do Rio de Janeiro (PRADO; BRAGRA, 2011).

2 O comércio têxtil internacional é tradicionalmente regulado; as quotas de importação protegem as indústrias têxteis locais e, assim, permitem o desenvolvimento das economias.

3 Seguidos da China, estão Índia, Paquistão, Coreia do Sul, Taiwan, Indonésia, Malásia, Tailândia e Bangladesh.

milhões de toneladas) e 47% de peças confeccionadas (22 milhões de toneladas) (ABIT/IEMI, 2013).

No varejo de moda mundial, o relatório *State of Fashion 2018*, realizado pela consultoria McKinsey & Company em parceria com o portal *The Business of Fashion* (BoF), sinaliza uma forte tendência do continente asiático em dominar não só a produção, mas também o varejo, sobretudo por intermédio de vendas *online*. Enquanto o consumo de moda deve aumentar entre 3,5% e 4,5% na média mundial em 2018, nos países emergentes da Ásia-Pacífico esse crescimento pode chegar a 7,5%, enquanto na América Latina estima-se que o aumento será de até 6% (STATE OF FASHION, 2018).

Apesar dos números expressivos, a realidade por trás da cadeia produtiva não é tão auspiciosa. Na manhã do dia 24 de abril de 2013⁴, ocorreu em Savar, cidade próxima à Daca, capital de Bangladesh, o desabamento do edifício Rana Palace, onde funcionavam algumas oficinas de roupas que prestavam serviços para grandes marcas do varejo internacional⁵, revelando tanto a precariedade do trabalho humano como a negligência com relação aos aspectos ambientais.

Esse episódio culminou na morte de 1.135 pessoas e quase 2.500 feridos, além disso, evidenciou o lado adverso do processo econômico em marcha desde os anos 1980 baseado na transferência do chão de fábrica dos países ricos para os chamados países em desenvolvimento, consistindo no deslocando dos problemas socioambientais em nome do crescimento econômico dos últimos.

O caso Rana Palace é por si só emblemático pelo número de vidas ceifadas, contudo, traz a reboque uma discussão sobre os aspectos do modelo econômico vigente fortemente ancorado na percepção da industrialização como promotora do

4 O acidente não é caso isolado: em 2012, um incêndio na fábrica têxtil em Tazreen (Bangladesh) matou ao menos 111 funcionários. No mesmo ano, na Ali Enterprises (Paquistão), 254 pessoas morreram.

5 Marcas como Primark, GAP, Walmart, Target, H&M, Benetton, Mango, Zara, C&A são algumas delas.

desenvolvimento e geradora de empregos e divisas para os países. Ao mesmo tempo em que há uma intensa precarização do trabalho, sobretudo do trabalho feminino, aumento das desigualdades sociais e agravamento dos problemas ambientais.

O continente asiático passou a produzir têxteis e artigos confeccionados que abastecem rapidamente clientes do mundo todo, uma vez que oferece as condições necessárias para o barateamento da produção (grande oferta de mão de obra pouco qualificada, leis trabalhistas e ambientais frouxas, acesso facilitado a insumos, baixa fiscalização, corrupção, incentivos fiscais, etc.), permitindo a consagração do *fast fashion* como modelo de produção e consumo.

E, cada vez mais, as *sweatshops* (ou fábricas do suor), como são pejorativamente conhecidas na terminologia inglesa, tornaram-se atrativas não apenas para as marcas populares, mas também uma escolha de produção de marcas de luxo, até então caracterizadas pela produção lenta e artesanal.

Paralelo a essa realidade concreta, o discurso da sustentabilidade⁶ passa a ecoar com veemência na cadeia da moda⁷ na tentativa de corrigir os seus efeitos socioambientais indesejados. O conceito reporta-se ao Relatório *Brundtland*⁸ (1987), também conhecido como *Our Future Common* (Nosso Futuro Comum), cuja elaboração coube à Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), estabelecendo o marco conceitual do desenvolvimento sustentável.

6 Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável são tomados como sinônimos neste trabalho, embora seja comum entre os autores diferenciarem os termos ao associá-los ora como objetivo almejado, ora como processo para alcançar tal fim.

7 Entende-se a cadeia de moda como toda a estrutura produtiva envolvida desde as atividades manufatureiras de base até os serviços avançados de distribuição. Ela apresenta certas especificidades, como heterogeneidade estrutural e tecnológica; segmentação produtiva; relações de subcontratação; bifurcação entre as atividades produtivas (materiais) e as funções corporativas (imateriais) (RECH, 2008).

8 Em referência à Gro Harlem Brundtland, ex-ministra da Noruega e presidente da CMMAD.

O relatório traz o conceito do desenvolvimento sustentável para o discurso público (ONU BRASIL, s.d.) ao anunciar sua célebre definição: “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1988, p.46). E mais:

[é] um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades e aspirações humanas. (CMMAD, 1988, p.49)

A proliferação das discussões em torno do conceito de desenvolvimento sustentável alcançou o ambiente empresarial e se concentrou na ideia do *triple bottom line* de Elkington (2001), isto é, no tripé da sustentabilidade, cujos aspectos econômicos, sociais e ambientais são contemplados de modo equilibrado com o intuito de favorecer o planeta, seus habitantes e o lucro das empresas⁹. Assim, a ideia de valor gerado pelas empresas deve atender concomitantemente essas três dimensões e não apenas a econômica (ELKINGTON, 2001).

Diante dessa nova disposição, as empresas, por intermédio de suas equipes de comunicação, iniciam a modulação de seus discursos. Introduzem-se, assim, os relatórios de sustentabilidade, políticas socioambientais, práticas de boa governança e de responsabilidade social corporativa, entre outros, os quais pretendem convencer seus públicos-alvo de que o lucro não é mais o único elemento fundante da existência das empresas.

Além da vasta documentação produzida, as empresas também intensificam suas ações de propaganda relacionadas à temática da sustentabilidade, as quais ultrapassam a esfera empresarial, alcançando diferentes mídias de massa.

No entanto, as ações que contemplam os aspectos socioambientais nem sempre convergem com o discurso promovido. Para Scott (2002), parte essencial desse

9 Em inglês é conhecido como os 3Ps da sustentabilidade: *people, planet and profit*.

desacordo reside no fato da ideia de sustentabilidade apresentar uma ampla gama de definições possíveis (estima-se mais de 300), resultando na sua descrença devida à tamanha imprecisão do termo.

Numa linha oposta, autores (MONTIBELLER-FILHO, 2004) afirmam que a ambiguidade do termo é deliberada, permitindo a instrumentalização de um conceito de difícil operacionalização, uma vez que a compatibilização entre o desenvolvimento econômico — entendido como crescimento —, a proteção ambiental e o respeito aos aspectos sociais exigiriam esforços extraordinários de tempo e dinheiro.

Desse modo, instaura-se a dissonância entre o discurso e as práticas no campo da sustentabilidade em virtude da impossibilidade de contemplar de maneira integral o tripé, resultando em ações de efeitos reduzidos e isolados e impelindo as empresas a privilegiar o desempenho econômico concomitante ao incentivo social, desconsiderando o aspecto ambiental; ou, de forma análoga, pautadas por questões ambientais, mas pouco sensíveis aos fatores sociais.

Contudo, é crescente a percepção de que a conciliação harmoniosa do tripé da sustentabilidade não é apenas contraditória e/ou ambígua, mas, cada vez mais manipulada pelas empresas, o que configura o *greenwashing*¹⁰, entendido como a comunicação positiva acerca de seu baixo desempenho ambiental (DELMAS; BURBANO, 2011).

À vista disso, apela-se à sustentabilidade tanto por meio da produção de um discurso sedutor voltado aos *stakeholders*¹¹ sem que as ações empresariais concentrem-se em sua execução, como da omissão aos riscos socioambientais envolvidos nos negócios da cadeia de moda, deslocando a atenção para projetos

10 Traduzido literalmente como “lavagem verde”, o termo foi cunhado pelo ambientalista norte-americano Jay Westerveld (1986).

11 Segundo Freeman (1984), são as partes interessadas de um negócio, tais como: acionistas, clientes, fornecedores, empregados, governo, comunidade local, etc.

que ignoram os princípios da sustentabilidade, com o intuito de incrementar a imagem e a reputação das empresas diante de seus públicos-alvo.

A tensão entre a ação antrópica e os seus efeitos negativos não é um fenômeno contemporâneo e perpassa diferentes povos em épocas distintas (VEIGA, 2015). O que há de novo é o acentuado esforço de sistematização de um conceito (desenvolvimento sustentável) que supere o impasse entre o crescimento econômico e a proteção ambiental, ao mesmo tempo em que cresce a percepção de uma crise ambiental.

As empresas, até então envolvidas, no máximo, em assuntos de mitigação das injustiças sociais, inauguram o “esverdeamento” de seu discurso ao propagandear que os crescentes níveis de produção e de consumo são compatíveis com a disponibilidade de recursos naturais, somados à capacidade de resiliência¹² dos ecossistemas frente ao aumento de resíduos e rejeitos.

Tal discurso está em sintonia com os novos valores da sociedade, porém, nem sempre é genuíno, uma vez que sua disseminação intencional é uma estratégia de elevar a reputação e credibilidade das empresas por meio do uso instrumental da comunicação (ANTONIOLLI; GONÇALVES-DIAS, 2015).

Assim, a análise mais detida do discurso socioambiental das empresas Renner e Riachuelo revela que ambas estão enquadradas em um modelo de negócio com vistas à exclusiva obtenção de lucro. O retorno financeiro é o único motivo de suas existências, no entanto, aparentam assumir responsabilidades que ultrapassam o campo econômico, obtendo as suas respectivas licenças de operação perante a sociedade.

¹² Capacidade de um ecossistema degradado recuperar, naturalmente, suas características originais, ou o mais próximo possível, sem intervenção humana (IBAMA, 2015).

1.1 OBJETIVOS

A pesquisa tem como principal objetivo analisar as incongruências entre o discurso proferido pelas duas principais empresas brasileiras de moda, a saber, Renner e Riachuelo, e suas reais práticas no campo da sustentabilidade. Para tal intento, foi essencial: (a) examinar as informações concernentes à temática disponibilizadas pelas empresas em suas respectivas *homepages*; (b) cotejar as informações com a realidade dos fatos através de pesquisa de notícias, denúncias, etc. e, assim, (c) discutir os limites do discurso da sustentabilidade dentro da lógica da moda por meio da revisão da literatura disponível.

1.2 JUSTIFICATIVA

Na contemporaneidade, a noção de sustentabilidade é um dos valores mais celebrados pelas empresas de moda e está cada vez mais presente nos novos projetos do setor e nas reformulações dos modelos de negócio já existentes.

Assim como outras importantes discussões que permeiam o campo da moda, como a objetificação do corpo feminino, a imposição de padrões de beleza seguida da urgência da diversidade e da representatividade, o discurso de sustentabilidade desponta como valor basilar adotado por empresas da área de moda, dizendo-se capaz de compatibilizar as restrições ambientais, a promoção dos aspectos sociais, bem como garantir a prosperidade dos negócios.

No entanto, a percepção de desacordo entre o tom conciliador do discurso da sustentabilidade e as práticas das empresas (*greenwashing*) é crescente, suscitando uma discussão mais aprofundada sobre os limites do equilíbrio harmonioso do tripé e tencionando uma reflexão sobre os novos rumos da cadeia produtiva de moda que contemple de fato a problemática socioambiental.

1.3 METODOLOGIA

A apreensão da realidade pela pesquisa científica nunca pode ser completa e definitiva. Seu caráter provisório revela os limites do fazer ciência e, simultaneamente, sua incessante disposição de ser cada vez mais conclusiva, graças às sucessivas reformulações do pensamento.

É por meio da metodologia e dos seus métodos e técnicas de pesquisa que é possível aproximar-se da compreensão da verdade, que nunca é absoluta. Segundo Minayo (2007, p.44 *apud* GERHARDT; SOUZA, 2009, p.13) a metodologia é entendida:

a) como a discussão epistemológica sobre o “caminho do pensamento” que o tema ou o objeto de investigação requer; b) como a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação; c) e como a “criatividade do pesquisador”, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações específicas.

O modelo investigativo aplicado nesta dissertação privilegia a abordagem qualitativa, isto é, valoriza a apreensão mais aprofundada de uma realidade. Embora o entendimento da pesquisa qualitativa usualmente seja tomado em oposição à pesquisa quantitativa, tanto uma como outra carecem de atributos que não lhes são próprias, daí a necessidade do processo metodológico tangenciar instrumentos da objetividade, tão caros à pesquisa quantitativa.

Para além, a presente pesquisa tem um caráter misto de exploratório e interpretativo, uma vez que a investigação detalhada do objeto de pesquisa pode culminar na exposição de algumas condições causadoras do fenômeno.

Desta forma, há a combinação de procedimentos como o levantamento bibliográfico, análise documental e o estudo de caso. Para Fonseca (2002, p.32 *apud* SILVEIRA; CORDOVA, 2009, p.37), a pesquisa bibliográfica é feita:

(...) a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

Já a pesquisa documental:

(...) trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32 *apud* SILVEIRA; CORDOVA, 2009, p.37)

Enquanto o estudo de caso é caracterizado como:

(...) um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador. (FONSECA, 2002, p. 33 *apud* SILVEIRA; CORDOVA, 2009, p.39)

Sendo assim, foram acessadas diferentes bases de dados a partir do Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (SIBIUSP). Tanto as bases mantidas pela Universidade, como a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo (BDT), as bases de dados externas como Capes e

SciELO, bem como as bases compradas como *Elsevier*, *JStor*, *Fashion Theory*, *ISI Science Direct*.

As palavras-chaves e expressões utilizadas foram: desenvolvimento sustentável (*sustainable development*), sustentabilidade e moda (*sustainability and fashion*), sustentabilidade e indústria têxtil (*sustainability and textile industry*), crítica (*criticism*), definição (*definition*).

Foram testadas variantes dos termos acima referidos e pesquisa de temas concernentes ao estudo de: produtos verdes (*green products*), produtos ecologicamente corretos (*environmentally-friendly products*), reciclagem (*recycling*), desperdício zero (*zero waste*) e decrescimento (*degrowth*).

É notória, nos últimos anos, a proliferação da produção científica nacional e internacional relacionada à temática da sustentabilidade. Contudo, parte considerável dessas produções apresenta um discurso acrítico do conceito e que quase sempre opera no sentido de embasar propostas de melhoria ou de soluções de problemas socioambientais.

A coleta de dados secundários no processo de análise documental foi feita através da pesquisa dos *sítes* das empresas selecionadas e de seus materiais institucionais disponibilizados para o público. O quesito da escolha das empresas tomou como base a sua relevância no mercado de varejo de moda brasileiro.

Assim, foram eleitas as duas empresas de moda nacionais com maior faturamento no ano de 2016. O *ranking* é promovido pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo e Mercado de Consumo (IBEVAR) e relacionou 120 empresas varejistas de diferentes setores. A Renner classificou-se em 10º lugar (1º no varejo de moda) e Riachuelo na 14.º posição (2.º lugar no varejo de moda).

Evitou-se um universo de pesquisa único, o que poderia assumir um caráter enviesado. Assim como a opção por múltiplos casos foi descartada pela dificuldade de sua operacionalização. O material selecionado foi fichado, facilitando sua posterior análise comparativa (pontos convergentes, divergentes e complementares) e, assim, a proposição de inferências que serviram de base para a interpretação final.

Com efeito, a preferência metodológica em analisar os materiais de divulgação das empresas é a maneira mais facilitada de identificar as lógicas que sustentam os negócios das redes de moda em questão. Dessa forma, no campo da análise do discurso, toda a produção documental das empresas é relevante: conteúdo eletrônico, jornais internos, *releases*, balanço social, código de conduta, relatórios, manuais de boas práticas de fabricação, materiais de treinamentos, formulários de avaliação de desempenho, relatórios de auditorias dos programas internos, etc.

Tudo isso fornece um material extremamente rico para o estudo de textos, tendo como suporte teórico a crítica ao conceito de sustentabilidade. No caso da Renner, há precedência ao discurso organizacional, ou seja, os fundamentos corporativos reunidos em torno da missão, visão e, principalmente, os valores da empresa. Enquanto no da Riachuelo, prioriza-se o chamado Formulário de Referência, documento informativo sobre o modelo de negócios dirigido aos *stakeholders*. Em suma, a metodologia baseia-se na análise do discurso (por via da análise de conteúdo) e busca respaldo nos conceitos teóricos da revisão bibliográfica.

Como orientação técnica, seguimos como exemplo a ordenação de Bardin (2006 apud Mozzato; Grzybovski, 2011), o qual organiza a análise de conteúdo em três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Costa e Valdisser (2015) as resumem em quatro etapas, a saber:

(a) leitura flutuante, que estabelece o contato com os documentos da coleta de dados; (b) escolha dos documentos, que serão analisados; (c) formulação das hipóteses e dos objetivos; (d) referenciação dos índices e

determinação de indicadores por meio de recortes de texto nos documentos de análise. 2) A segunda fase consiste na exploração do material que vai possibilitar ou não a riqueza das interpretações e inferências. Esta é a fase da descrição analítica, a qual diz respeito a qualquer material textual coletado submetido a um estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos. 3) A terceira fase diz respeito ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

E, para Pêcheux (1988, s.p. apud GERHARDT et al. 2009, p. 85) o objetivo da análise de discurso é:

(...) realizar uma reflexão sobre as condições de produção e apreensão do significado de textos produzidos em diferentes campos, como, por exemplo, o religioso, o filosófico, o jurídico e o sociopolítico. Os pressupostos básicos desta análise podem ser resumidos em dois: (1) o sentido de uma palavra ou de uma expressão não existe em si mesmo; ao contrário, expressa posições ideológicas em jogo no processo sócio-histórico no qual as relações são produzidas; (2) toda formação discursiva dissimula, pela pretensão de transparência e dependência, formações ideológicas.

Assim, o método da análise do discurso, por via de uma análise de conteúdo, compreende a avaliação dos textos produzidos pelas empresas investigadas, bem como as suas possíveis leituras e interpretações. Ressaltando que, além do discurso explicitado e o discurso pronunciado internamente, até mesmo a ausência de informações nos textos das empresas (discurso não dito) é importante para o desenvolvimento da pesquisa.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 O ARCABOUÇO TEÓRICO DA ECONOMIA DOMINANTE

Uma das principais características da sociedade contemporânea é que parte substancial dos seus princípios norteadores funda-se na disciplina econômica, cujo processo de internalização pelos indivíduos acontece desde cedo. Com isso, somos estimulados a comportarmos de modo semelhante à lógica empresarial de mercado, que passa a ser a forma de conduta ideal.

Logo,

O neoliberalismo não é apenas um sistema de trocas econômicas [...] é uma forma de vida [...] somos empreendedores de nós mesmos, vemos nossas qualidades como capital humano, nossas emoções como inteligência

emocional. Somos pedagogicamente ensinados a relacionar a nós mesmos como empresa. Somos empresários de nós mesmos [...] aprendemos não exatamente a seguir normas, mas calcular custo-benefício. (SAFATLE, 2015)

Desse modo, o controle da economia sobre a sociedade é reforçado pelo ensino formal. As diferentes escolas do pensamento econômico ajudam a perpetuar uma visão teórica mecanicista e a-histórica do sistema de economia, além de incutir um modelo fechado e isolado do ambiente.

A economia é pensada como um fluxo circular de produção e consumo que desconsidera “os fluxos de matéria e energia que entram e saem do processo econômico, e muito menos reconhece a diferença qualitativa entre o que entra e o que sai do processo”. (CECHIN, 2008, p.35)

A tentativa da teoria econômica de contemplar a realidade resulta, amiúde, na formulação de propostas falhas. Como é o caso das cotas de poluição, entendido como o esforço de compensação dos danos ambientais causados por determinados grupos e que afetam a coletividade. Embora, à primeira vista, pareça ponderar o meio ambiente através da internalização da externalização, estimula ainda mais o dano, já que o mecanismo de mercado de pagar pelo direito de poluir sobrepõe-se às reais preocupações ambientais (FOLADORI, 2001).

Chiavenato (1989) argumenta que a inobservância relacionada ao problema ambiental está alicerçada na nossa educação em respeitar apenas aquilo que temos posse, daí a insensibilidade humana diante de algo que é comum.

Para Amazonas (2002), a economia neoclássica funda-se nas preferências individuais reveladas pelo consumo, o que impede seu entendimento acerca da questão ambiental por três razões:

1) o enorme desconhecimento e incerteza que os indivíduos têm diante dos fatores ambientais; 2) limitação dos indivíduos de expressarem seus julgamentos sobre o ambiente em termos de um dispêndio monetário pessoal; 3) possibilidade de não ocorrência do desejo de equidade para com as gerações futuras.

O esforço de operacionalização de importantes conceitos da economia através de sua simplificação propiciou uma compreensão deturpada da realidade. Essa síntese animadora resultou em uma lacuna entre o funcionamento do mundo real e as teorias que o sustentam.

Nessa linha de raciocínio, o discurso do desenvolvimento sustentável defendido, no presente, pela economia dominante é limitado. Concentra-se, sobretudo, no crescimento como fórmula garantidora do bem-estar, ao invés da exigência de uma racionalidade alternativa composta por novos padrões de conduta, normas e valores politicamente construídos (RATTNER, 1999).

O discurso do desenvolvimento sustentável expressa o exercício da ciência econômica de superar seu hermetismo teórico-conceitual. Essa tentativa de reconstrução do conhecimento econômico que visa incorporar o meio ambiente não é elementar. Ela requer a subversão de conceitos-chaves e da temporalidade que a amparam, além da inserção de novas proposições que extrapolam a economia estrita.

Os prevalecentes modelos analíticos econômicos oferecem respostas satisfatórias para um escopo restrito dos problemas de curto e médio prazo. São insensíveis às qualidades intrínsecas dos diferentes insumos (bens e fatores de produção), os quais transitam supostamente em um circuito fechado em que tudo pode ser valorado pelo dinheiro.

O encastelamento da visão econômica dominante resulta em análises desconexas da realidade e, logo, de suas soluções propositivas. A economia neoclássica, ao ignorar as interações com o seu meio, desconsiderando a natureza, história, cultura e instituições, promove fórmulas econômicas simplificadoras impostas indistintamente aos países através dos organismos econômicos internacionais. O

resultado dessa política é o acirramento das crises econômicas e dos problemas sociais¹³.

Logo, a noção de um fluxo circular e fechado oferecida pelos esquemas analíticos econômicos ignora a entrada e saída de matéria e energia bem como da qualidade do que entra e sai dele. Nesse modelo, o inconveniente da depleção de recursos naturais e a poluição não influenciam o funcionamento da economia. Nele, o simples deslocamento do dinheiro é a garantia da resolução de diferentes problemas.

2.1.1 O crescimento econômico e suas implicações éticas

Em quaisquer manuais de economia, programas de governos e planejamentos de empresas, o crescimento econômico apresenta-se como condição *sine qua non*. Somente o crescimento a passos largos é posto como capaz de garantir a estabilidade e a pujança da sociedade, além do sortilégio da expansão contínua apresentar-se como a solução dos problemas engendrados por ela mesma.

O início do século XX foi marcado pela Grande Depressão (Crise de 1929) e por duas Guerras Mundiais, propiciando terreno fértil para a confiança na ideia do crescimento econômico irrestrito promovido pelas teorias dos economistas neoclássicos¹⁴ com vistas à solução dos impasses socioeconômicos.

Essa perspectiva fortaleceu-se na década de 1990, a partir do estudo empírico denominado *Economic growth and the environment* publicado no *The Quarterly Journal of Economics* por Grossman e Krueger (1995), e que resultou na curva

13 As políticas de austeridade impostas pelo FMI (Fundo Monetário Internacional), ou seja, de contenção dos gastos públicos vistos como custos e não como investimentos aplicados na Argentina (2002), Grécia (2010), Irlanda (2010) são bastante elucidativas.

14 Em linhas gerais, a economia neoclássica é marcada pela influência dos mecanismos de oferta e procura, os quais determinam a formação de preços e a produção e distribuição da renda. Internamente, os economistas neoclássicos subdividem-se em três correntes principais: a escola Walrasiana, a escola de Chicago e a escola austríaca de economia. Como seu ensino impera, é sinônimo de economia dominante e economia ortodoxa. (PRADO, 2001).

ambiental de Kuznets (CAK)¹⁵. Desse modo, os autores relacionaram a renda *per capita* com quatro indicadores de deterioração ambiental (poluição atmosférica urbana, oxigenação das bacias hidrográficas e sua contaminação por metais pesados e rejeitos fecais) e, depreenderam que, apesar da degradação inicial, o aumento da renda proporcionaria a sua diminuição. (VEIGA, 2005)

Para Veiga (2005), a referida pesquisa apresenta imprecisões, as quais comprometem os resultados obtidos pelos economistas norte-americanos. As principais delas são a amostra ínfima de países analisados e compostos em sua maioria por países desenvolvidos, o que compromete as extrapolações para os em desenvolvimento, além da limitação com relação aos problemas ambientais tratados, já que aqueles de efeitos globais não foram contemplados.

Assim, a imposição do crescimento econômico, manifestada em todas as esferas (organismos internacionais, Estados-nação e empresas), é compreendida exclusivamente como a geradora de riqueza, no entanto, esta seria virtual, porque não registra o desgaste biofísico do planeta.

O Produto Interno Bruto (PIB) como indicador de riqueza não revela a qualidade do crescimento nem garante que seus benefícios sejam distribuídos a todos. O aumento do PIB, contrariamente ao esperado, tende a indicar muito mais os custos do crescimento, já que a depleção de recursos naturais e a poluição são inevitáveis e não computados.

Mesmo com os avanços tecnológicos e de legislação, quanto maior o PIB de um país ou o lucro de uma empresa, maiores são os custos ambientais envolvidos. Isto porque a acumulação de capital exige, em regra, ganhos de escala, os quais diminuem os custos de produção, contudo, tais conquistas são ilusórias em razão das externalidades.

¹⁵ A CAK será tratada em detalhes mais à frente.

É recorrente no raciocínio econômico, o argumento de que o PIB pode continuar a crescer mesmo com o declínio de determinadas atividades econômicas, graças ao deslocamento dos investimentos de um setor para outro sem a exigência de uma preocupação mínima com as especificidades dos recursos naturais envolvidos e o caráter poluidor que a atividade representa.

Schelling (1997) defende que as mudanças climáticas não representariam um entrave para as atividades econômicas pouco representativas do PIB, como é o caso da agricultura¹⁶. Seu argumento consiste que a promoção de tecnologias substitutas aliada à elevação da renda *per capita* contornariam os problemas decorrentes do aumento dos custos de produção.

Essa elucubração confirma que tanto as imposições do meio ambiente, as quais os cientistas têm advertido com exaustão¹⁷, como os valores éticos¹⁸ socialmente construídos, não são suficientemente capazes de limitar a atividade econômica. Como declarou Samuelson (1948)¹⁹: “não me importo com quem aprova as leis do país — ou elabora os seus tratados mais avançados — desde que eu possa escrever os livros de economia deles.”

16 “In the developed world hardly any component of the national income is affected by climate. Agriculture is practically the only sector of the economy affected by climate, and it contributes only a small percentage — three percent in the United States — of national income. If agricultural productivity were drastically reduced by climate change, the cost of living would rise by one or two percent, and at a time when per capita income will likely have doubled.”. In *Foreign Affairs* (1997)

17 Em especial, os cientistas do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPPC), órgão da ONU criado em 1988. Embora o teor científico de seus relatórios seja altamente qualificado, as pressões políticas dos países industrializados produzem versões particulares para o problema ambiental (BBC BRASIL, 2007).

18 Há estudos que indicam que a concepção da natureza humana promovida pela economia dominante, especialmente a ideia do autointeresse, conduz a comportamentos egoístas. Nessa linha, a competição do mundo empresarial estaria selecionando perfis com tendências psicopatas. (FRANK; GILOVICH; REGAN, 1993; MONBIOT, 2011 *apud* SOUSA, 2015).

19 *Economics* é um dos manuais de economia mais importante e popular do mundo até hoje. Nele, Samuelson traçou a “árvore genealógica da economia”, oferecendo um panorama das diferentes escolas de economia.

Isto posto, a perspectiva do crescimento econômico é tomada como propósito (fim) e não como expediente (meio), sendo a acumulação da riqueza legitimada, não sofrendo restrições nem sanções para o seu alcance. E, em conjunto, a tecnologia torna-se elemento fundamental para a (re)produção da riqueza, capaz de (em tese) suplantando as restrições do meio ambiente.

Mesmo com acréscimos tecnológicos relevantes, o crescimento econômico firma-se, por imposição, no aumento da demanda dos recursos naturais e na consequente poluição ambiental. Quanto maior a escala da economia, mais imprescindíveis são a energia e a matéria para a manutenção de fundos de capital e trabalho. A defesa da desmaterialização toma como base um modelo fictício de entendimento do funcionamento da economia.

Assim, o afrouxamento dos valores éticos tende a favorecer o processo de crescimento econômico incondicional, o qual rejeita importantes aspectos não-econômicos da existência humana e que resulta na coexistência de riqueza material com problemas ambientais e sociais. Sim, porque “os processos de acumulação e distribuição da riqueza contêm em si poderosas forças que impulsionam a divergência, ou, ao menos, levam a um nível de desigualdade extremamente elevado.” (PIKETTY, 2014, p.33).

Sem evocar um pensamento econômico radical, “pode ser politicamente inviável o anseio de abolir a obsessão pelo crescimento. Mas também é preciso que se admita quão absurda é a ideia oposta, de crescimento além dos limites biofísicos da Terra.” (DALY, 2008 *apud* VEIGA, 2012, p.9)

2.1.2 Georgescu-Roegen²⁰: a heterodoxia na economia

O *mainstream* da ciência econômica apropriou-se de importantes noções da Física Mecânica²¹. Porém, o estudo do calor, impulsionado pelo surgimento das máquinas térmicas, originou o ramo da Física conhecido como Termodinâmica, o qual abalou importantes dogmas científicos, uma vez que conceitos como espaço-tempo e reversibilidade do movimento receberam um novo tratamento com o estabelecimento da Primeira e Segunda Lei da Termodinâmica, especialmente a última, também conhecida como Lei da Entropia²².

O espelhamento da economia com a Mecânica pode ser ilustrado pelo descrédito do lugar e do tempo histórico nas análises econômicas, já que a Mecânica atribui à noção de espaço-tempo o sentido de “distância indiferente” e “intervalo de tempo indiferente” (CECHIN, 2008).

Georgescu-Roegen (1971) refutou a lógica mecanicista da economia ao se embasar na 2.^a Lei da Termodinâmica, oferecendo, assim, um entendimento inédito do processo econômico, relacionando, com o conceito de entropia, a qualidade dos recursos naturais e energéticos que entram e sua inevitável saída na forma de resíduos.

Georgescu-Roegen (1971) argumentava que as teorias econômicas apresentavam uma visão equivocada dos processos produtivos. A compreensão de um fluxo

20 *The entropy law and the economic process* (1971) é sua obra-prima. Seu pensamento inaugurou a economia ecológica.

21 Tradicionalmente, o estudo da Física é dividido em quatro ramos principais: Mecânica; Calor e Termodinâmica; Eletricidade e Magnetismo; e Movimento Ondulatório e Óptica Geométrica.

22 A 1.^a Lei da Termodinâmica, também conhecida como Princípio de *Joule*, trata da conservação de energia em um sistema isolado enquanto a 2.^a Lei da Termodinâmica afirma que, em corpos de diferentes temperaturas, o calor flui do corpo de maior temperatura para o de menor. Nesse processo, que visa o equilíbrio termodinâmico, parte do calor (energia) é dissipada e não pode ser recuperada, daí seu caráter entrópico. Assim, a aplicação da 2.^a Lei relaciona-se com o funcionamento das máquinas térmicas (INFOESCOLA).

circular fechado alheio ao meio ambiente deveria ceder à imagem de um processo que se altera quantitativa e qualitativamente. Desse modo, reveste-se de caráter evolucionário, já que se modifica com o passar do tempo, transformando recursos naturais preciosos e de baixa entropia em um produto final de alta entropia, na forma de resíduos, rejeitos e poluição.

A produção econômica, entendida como transformação entrópica, gera calor, que é a forma de energia mais degradada e que não pode ser reaproveitada para gerar trabalho. Assim, converte-se desde sempre recursos de baixa entropia em alta entropia, além do fato dos resíduos serem inevitáveis e muitos deles impossíveis de serem reaproveitados (GEORGESCU-ROEGEN, 1971).

A 2.^a Lei da Entropia atesta que a eficiência produtiva total é impossível, já que a entropia do produto final sempre é maior que dos recursos de entrada. E, mesmo que os avanços tecnológicos possibilitem menores desperdícios por meio de produtos finais com melhores taxas de baixa entropia de material e energia, o limite termodinâmico da eficiência de produção sinaliza que o crescimento não pode ser *ad infinitum* (*Idem*).

Os avanços tecnológicos garantem por um período o aumento da produção através de uma quantidade fixa de recursos naturais. E quanto mais próximo do limite termodinâmico, a produção torna-se mais cara, dificultosa e dependente de recursos naturais (CECHIN, 2010).

No esquema tradicional da economia, as diferenças de entrada e saída resultantes do processo não são percebidas, isto é, não se discrimina a qualidade do *input* e do *output*, o que faz Georgescu-Roegen (1971) considerar que a economia utiliza-se da abstração do motoperpétuo para se firmar como explicativa.

No raciocínio de Georgescu-Roegen (1971), a teoria econômica dominante não é capaz de explicar a realidade sem que para isso adote premissas fictícias, as quais são empiricamente difíceis de serem comprovadas (CECHIN, 2010). Assim, os

modelos econômicos emprestados da Mecânica Clássica não correspondem à realidade, dizem respeito à exceção e não à regra e, como tais, não podem balizar as decisões da vida prática.

Tal entendimento acerca do funcionamento da economia significou a oposição georgescuiana tanto em relação às recomendações de organismos internacionais (como o Sistema ONU), quanto aos modelos de gestão ambiental empresarial, já que ambos esbarram nas idiossincrasias dos países e das empresas, o que limita o sucesso de qualquer espécie de replicação.

As ideias de irreversibilidade das transformações materiais e energéticas e de insubstituibilidade entre os fatores de produção nos processos econômicos extrapolavam o entendimento da economia centrada até então nos limites da circulação da mercadoria. A Lei da Entropia aplicada à economia solapava preceitos econômicos estabelecidos desde os economistas fisiocratas, verdades “evidentes” nunca antes contestadas.

Georgescu-Roegen respaldou-se também na teoria da evolução das espécies de Charles Darwin (1809-1882) para elucidar a complexidade evolucionária da economia. Preferiu traçar paralelos entre a economia e o funcionamento dos organismos vivos, argumentando que o sistema econômico requer a entrada constante de energia e matéria de boa qualidade, bem como a saída inevitável de resíduos como garantia para sua manutenção e evolução, um mecanismo que se curva aos excessos de formalismo matemático da economia neoclássica.

Do mesmo modo, evitava oferecer soluções prontas. Concentrou-se na necessidade de revisão dos estilos de vida em detrimento aos cálculos e fórmulas. Privilegiou os aspectos éticos, a justiça e a sobrevivência humana ao invés do imperativo de crescimento e progresso tecnológico. Logo, a reputação de reacionário e antitecnológico o perseguiram (CECHIN, 2008).

No entanto, Georgescu-Roegen antecipou uma série de discussões centrais na atualidade e em diversos campos da ciência. Aproximou o máximo possível o funcionamento da economia da realidade ao defini-la como um sistema aberto, que evolui ao longo do tempo e cujas transformações são irreversíveis. Integrou-a com outros campos do conhecimento, sobretudo a ecologia, em vez de isolá-la com vistas à sua consolidação e supremacia.

2.1.3 Economia estacionária *versus* economia do decrescimento

O entendimento predominante do desenvolvimento como sinônimo de crescimento, isto é, dos crescentes aumentos da escala da economia a partir de processos mais eficientes, do uso de novas fontes de materiais e energias, da reciclagem²³, etc., corresponde a um ofuscamento da realidade, uma postura não questionada pela economia *mainstream*.

Embora o trabalho de Sen (2000) relacione o desenvolvimento como a expansão das liberdades humanas (em especial: vida longa e saudável, instrução, acesso a recursos para uma vida digna e participação em comunidade), ainda é persistente a relação do bem-estar humano com a noção de crescimento econômico.

Para ele, o desenvolvimento não pode ser resumido no mero aumento do PIB, da renda *per capita*, dos avanços tecnológicos e das modernizações sociais, abordagem que denota uma perspectiva diminuta do conceito e que tem gerado privações de todo tipo. Desse modo, o alargamento das liberdades é, ao mesmo tempo, o meio e o fim primordiais do progresso e, mais que indutoras, elas são constituintes do desenvolvimento²⁴.

23 Essas questões serão detalhadas adiante.

24 Nessa visão, o desenvolvimento sustentável pode ser entendido como a ampliação das liberdades para as gerações futuras.

Assim, a observação de que os parâmetros da economia são irreais estimulou a formulação do conceito da condição estacionária (*steady state*) de capital e de população de Daly²⁵ (1973), o qual considerou plausível a possibilidade de economias desenvolverem-se (mudança qualitativa) sem o imperativo do crescimento (mudança quantitativa), graças ao aumento de duas capacidades:

“eficiência com que o fundo de capital gera serviços, e a eficiência no uso de recursos naturais para a manutenção de capital. A primeira eficiência está relacionada ao fluxo de serviços de um dado fundo de capital. A segunda eficiência relacionada ao fluxo biofísico do meio ambiente necessário para manter um dado fundo de capital. Mas o aumento dessas duas eficiências tem um limite, o que faz com que o desenvolvimento no estado estacionário só possa ser definido pelo aumento da capacidade de conhecimento dos seres humanos”. (CECHIN, 2010, p.118)

Georgescu-Roegen opunha-se à ideia de condição estacionária de Daly, chamada de “mito da salvação ecológica”. Argumentava que a condição estacionária não significaria a estabilização da depleção dos recursos naturais e tampouco garantiria a manutenção dos padrões de vida vivenciados pelos países ricos. O próprio tamanho da população mundial por si só já implicaria em um forte impacto ambiental para a manutenção qualitativa do padrão de vida (CECHIN, 2010).

Daly recebeu uma série de outras críticas (Olson, 1973; O’Connor 1994 *apud* Cechin, 2010) com respeito à compatibilização do estado estacionário aos moldes atuais do capitalismo de mercado. E, apesar de ter-se apropriado dos preceitos da Termodinâmica, nos quais a dissipação de materiais e energia culminaria em sua indisponibilidade e, por conseguinte, no decrescimento inevitável da economia, advogou a favor da condição estacionária, argumentando que a proposta de decrescimento georgescuiana era tão paliativa quanto o seu *steady state*.

Mais tarde, em *Sustentabilidade em um mundo lotado*, Daly (2005) preferiu uma saída conciliatória através da defesa do desenvolvimento ambientalmente sustentável. Desse modo, segundo o autor, o “crescimento deseconômico” ocorre a

25 A ideia da condição estacionária, recuperada por Daly, já estava presente no pensamento dos economistas clássicos, como Adam Smith, David Ricardo, Thomas Malthus, Stuart Mill, entre outros.

partir do momento em que os problemas ambientais sobrepõem-se aos benefícios da expansão do capital manufaturado. E, declarou:

“Como manter uma economia sustentável depende de enorme mudança racional e emocional por parte de técnicos, políticos e eleitores, poderíamos ser tentados a declarar que tal projeto é impossível. Mas a alternativa a uma economia sustentável, que mantenha permanente crescimento, é biofisicamente impossível. Ao escolher entre enfrentar uma impossibilidade política e uma impossibilidade biofísica, eu escolheria a primeira opção”. (DALY, 2005)

Em meados dos anos 90, o conceito de decrescimento georgescuiano é recuperado, sobretudo a partir da publicação da coletânea titulada *La décroissance: entropie, écologie, économie* (1995)²⁶. Embora nela esteja subjacente a ideia de que a economia apresente números negativos do PIB, o conceito de decrescimento é muito mais profundo, sobretudo ao reflexionar sobre o domínio da economia e da percepção da completude humana dentro da lógica econômica. Assim, o decrescimento busca promover a discussão de outras formas de existências para além do modelo dominante.

Nessa linha, o conceito de desenvolvimento sustentável é superado em prol do decrescimento sustentável, uma vez que o primeiro está impregnado da noção de que é possível manter e mesmo aumentar os níveis de produção e consumo paralelos à proteção ambiental.

2.1.4 O surgimento da Economia Ecológica

De modo geral, a economia serviu-se do artifício da redução do seu escopo de análise valorando apenas o que pode ser produzido para se firmar como ciência autônoma (*economics*). Essa delimitação teórica perdurou até mesmo com a tentativa de abarcar as questões relacionadas à poluição e depleção de recursos naturais da economia ambiental.

²⁶ Disponível em:

<http://classiques.ugac.ca/contemporains/georgescu_roegen_nicolas/dcroissance/dcroissance.htm>. Acesso: 8 jul. 2018.

Segundo Mueller (2007), foi no final da década de 1960 que se estabeleceram as correntes do pensamento da economia do meio ambiente. Parte substancial das contribuições deriva dos economistas clássicos adeptos de uma visão benevolente acerca do meio, no entanto, eles reconheciam suas restrições ao crescimento econômico.

Desse modo, a economia ambiental neoclássica — corrente hegemônica no campo da economia do meio ambiente — transpôs os principais conceitos econômicos para as questões ambientais, sem compreender a dimensão biofísica dos problemas e sem abandonar sua epistemologia mecanicista (MUELLER, 2007).

Diante disso, a chamada Economia Ecológica é instituída oficialmente com a publicação do periódico *Ecological Economics* (1989), conferindo à ciência um caráter mais transdisciplinar e interdependente sobre o meio ambiente, assumindo a contradição entre crescimento e proteção ambiental e a centralidade da questão da escala da economia (CECHIN, 2008).

Segundo Mueller (2007), os trabalhos de Podolinski (1880) e Soddy (1926) são precursores da economia ecológica. Ambos apoiaram suas discussões nas leis da Termodinâmica, as quais anteciparam as principais formulações de Georgescu-Roegen.

2.2 O DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE

Como já apontado anteriormente, a visão mecanicista da Economia tradicional oferece um entendimento pouco realista dos fenômenos econômicos. Segundo Georgescu (1971), o escopo de análise da Economia limita-se até onde é possível acompanhar a circulação de bens, configurado no fetichismo da mercadoria. Por conseguinte, a noção de sustentabilidade, que ganha cada vez mais destaque, está fundada em inconsistências semelhantes.

Uma delas está na ascensão dos fatores de produção, especialmente do capital e da tecnologia, ao lugar dos recursos naturais. Nesse raciocínio, há uma desconsideração que quanto mais capital e tecnologia estiverem disponíveis, menos recursos serão usados, o que não é verdade. A inovação tecnológica pode diminuir os resíduos, mas continua a exigir o uso de recursos.

Há outra inconsistência no discurso da sustentabilidade comumente apresentado pelas empresas. Por estar fundado, por razões óbvias, na lógica do mercado, há uma tendência em se associar preço com escassez. Diante disso, o baixo preço de mercado de muitos dos recursos naturais nos leva a crer em sua abundância, já que a lei da oferta e da procura regularia as disparidades.

Outro motivo apontado por Barnett e Morse (1963 *apud* CECHIN, 2008, p. 86) é o chamado custo de extração, cuja exploração inicia-se nas jazidas de maior abundância e de fácil retirada até chegar naquelas de difícil acesso e com poucas reservas. Segundo os autores, haveria evidências suficientes que mostrariam uma abundância de recursos e não o seu contrário.²⁷

Isto posto, para a Economia ortodoxa os recursos naturais só seriam enquadrados como escassos se obedecessem a uma série de condições:

- a) Deve ter sua oferta limitada relativamente às taxas de uso;
- b) Deve ser não renovável e não reciclável;
- c) Deve ser essencial, ou seja, necessário para a produção;
- d) Não pode haver substitutos para tal recurso;
- e) Deve ser impossível melhorar a eficiência com a qual o recurso é utilizado além de um ponto — para termos um problema devemos estar perto de tal limite;
- f) Deve ser impossível desenvolver um substituto para tal recurso (STIGLITZ, 1979 *apud* CECHIN, 2008, p.87)

Verifica-se, assim, que a escassez de um insumo, segundo a corrente dominante da Economia, é quase infactível. E, caso ocorra, o artifício explicativo pode ser encontrado no conceito da elasticidade de substituição. Em outras palavras, na

²⁷ Embora o número de bacias de petróleo tenha crescido emprega-se muito mais energia para realizar a sua extração, o que não é computado e produz a percepção de afluência do mesmo.

exiguidade de determinado recurso natural e o seu conseqüente aumento de preço, há a sua substituição por outro similar e mais barato, sem que haja preocupação com a natureza da permuta.

Ademais, o discurso da sustentabilidade tem se apoiado sobremaneira na ideia de reciclagem. O modelo econômico convencional, ao pressupor que o sistema é fechado e circular, recusa a ideia da dissipação de matéria em seus processos produtivos, sendo assim capaz de realizar a reciclagem total e inferindo, mais uma vez, que a ausência da entrada de matéria nos processos não é problemática.

É evidente que a reciclagem de materiais existe, sobretudo na natureza, “contudo os materiais utilizados no processo industrial são compostos heterogêneos e concentrados” (CECHIN, 2008, p.94), o que corresponde a um forte obstáculo à circularidade da economia e ao reaproveitamento da matéria em sua totalidade.

Na perspectiva de Georgescu, a reciclagem total enfrenta o inexorável obstáculo da degradação de matéria assim como de energia. Assim, a hipótese do reaproveitamento indefinido não poderia ser confirmada.

Menos radical que Georgescu, o economista e físico norte-americano, Robert Ayres (1932–) concorda que os resíduos são inevitáveis mesmo nos processos de reciclagem mais eficientes, porém, credita no uso da energia solar o estratagema de resolução do impasse ambiental.

Outro aspecto da reciclagem é que muito autores argumentam que a sua execução total só seria possível na hipótese de tempo e energia ilimitados (BEARD & LOUZADA, 1999; NOBRE & AMAZONAS, 2002 *apud* CECHIN, 2008, p.98).

O discurso da sustentabilidade também se sustém no enfoque acerca da eficiência e não no questionamento da suficiência. A Curva Ambiental de Kuznets (CAK) é um fundamento importante nesse sentido. Trata-se de uma extensão do trabalho do economista que associava o crescimento econômico com o aumento inicial da

desigualdade de renda e que, em certa altura, entraria em movimento descendente. O “U invertido”, como também é chamado a Curva de Kuznets (CK) devido à sua representação diagramática,

é uma metodologia que ainda não foi comprovada, embora caia como uma luva ideológica perfeita, tanto para as diversas correntes nacionalistas (à direita e à esquerda), quanto para os economicistas, os positivistas, os socialistas stalinistas, os fundamentalistas de mercado, os neoliberais e os chamados céticos do clima. (ALVES, 2012).

A Curva Ambiental de Kuznets (CAK) propõe que, inicialmente, o aumento do PIB (o mesmo dividido pelo número de habitantes oferece a renda *per capita*) provocaria maiores danos ambientais, os quais diminuiriam com o passar do tempo. A racionalidade da CAK é que a industrialização, ao provocar maior poluição propiciaria, concomitantemente, o aumento de empregos e da renda dos trabalhadores, melhores níveis educacionais e, por conseguinte, avanços tecnológicos, os quais repercutem positivamente na melhoria das condições ambientais.

A ideia de que o crescimento econômico é a garantia necessária para a preservação ambiental foi, a partir dos anos 90, corroborada por importantes organismos internacionais como o Banco Mundial em seu *World Development Report* de 1992, o qual se apoiou em estudos embasados na CAK, acrescidos de técnicas econométricas (PARDINI, 2008). Mas não sem oposição crítico-ideológica, porque:

[e]m plena época neoliberal, estes tipos de estudos [CAK] reforçaram a ideologia da desregulamentação, sugerindo que o mercado faria os ajustes necessários para a inclusão social e a sustentabilidade ambiental, na medida em que houvesse crescimento da renda *per capita* e da educação. (ALVES, 2012).

Apoiado nas leis da termodinâmica, Lawn declara que a usual correlação do crescimento econômico com a preservação ambiental apresentada pela CAK pode ser observável até certo ponto, não sendo aplicável no longo prazo, porque:

as leis da termodinâmica impõem limites ao aumento da eficiência por meio do progresso tecnológico e, em determinado momento, as melhorias

ambientais passam a ter rendimentos decrescentes, ou seja, há menos disposição de pagar por elas (LAWN, 1999 *apud* PARDINI, 2008).

Ademais, o princípio da CAK tem-se revelado incapaz de contemplar a realidade de forma holística. Segundo Stern (2004), a redução dos danos ambientais nos países ricos está muito mais relacionada com seus processos de transferência de suas indústrias poluidoras para países pobres, bem como nas assimetrias de suas transações comerciais que propriamente com a veracidade da CAK.

Um dos limites da aplicabilidade da CAK é o fenômeno do efeito estufa. A emissão de gás carbônico (CO₂) nos países ricos é bem mais acentuada que nas economias periféricas, evidenciando que os efeitos negativos do crescimento permanecem mesmo após o incremento da renda. De modo análogo, verifica-se que os países pobres são os que menos impactam o meio ambiente. Por fim, deve-se analisar o caso da China, país com as maiores taxas de crescimento econômico dos últimos 25 anos e que se encontra abaixo do patamar de renda *per capita* entre US\$ 5 mil e US\$ 8 mil, apresentando, no entanto, graves problemas ambientais.

Logo, a hipótese da CAK ignora a interdependência assimétrica entre os países, difundindo uma noção *win-win* de que o crescimento econômico é benéfico para todos, sem questionar os impactos negativos causados dentro e fora das nações (*win-loss*).

Na CAK está implícita a noção de reversibilidade dos danos ambientais por intermédio das benesses da tecnologia. Desse modo, o meio ambiente é temporariamente renunciado na tentativa de se alcançar determinado patamar de renda, admitindo que os danos podem ser “perfeitamente” reparados, tanto pela capacidade de resiliência do meio quanto pelo engenho humano.

Outra inferência oferecida pela CAK é que o meio ambiente assume relevância quando se apresenta subordinado e tecnificado pelo homem (SANTOS, 2002), espécie que se acredita possuidora do conhecimento dos intrincados mecanismos

de funcionamento do meio, o que a tornaria apta a exercer total domínio sobre o mesmo.

Além disso, a interpretação da CAK apresenta o meio ambiente de forma passiva diante o crescimento econômico e não como seu determinante e limitador. Oferece uma leitura de quanto mais, melhor. Quanto mais crescimento, mais riqueza e mais renda *per capita*, logo, mais bem-estar humano.

Nessa acepção, o meio ambiente subordina-se completamente aos mandos da economia. A contínua depredação ambiental gerada ao longo do processo de crescimento e justificada pelo imperativo de bem-estar — entendido como o acesso a mais e melhores bens de consumo — é tomada como legítima. Entretanto, a manutenção do remanescente ambiental pode não ser garantia suficiente para a reprodução da vida social, colapsando o sistema.

A CAK considera que a geração de riqueza só é possível a partir do crescimento econômico. Esse estratagema mostra-se imperfeito, dado que o aumento de riqueza não proporcionou necessariamente a melhor distribuição de renda, mas, pelo contrário, só fez aumentar a desigualdade social. “Um estudo de 2011, feito pelo Congressional Budget Office (CBO) mostrou que os ganhos nominais da parcela dos 1% mais ricos da população norte-americana cresceu 275% entre 1979 e 2007, contra 40% de aumento nominal dos 60% da base da pirâmide de renda” (Alves, 2012).

O conteúdo da CAK elucida apenas as vantagens decorrentes do crescimento econômico, sem inquirir sobre os custos envolvidos. Mais do que isso, apresenta o crescimento econômico como meio de superação do impasse ambiental e não como resultado dele.

Por outro lado, a vulgarização da perspectiva desenvolvimentista no sentido da solução dos problemas ambientais resultou na culpabilização dos mais pobres e, em paralelo, eximiu os países ricos de suas responsabilidades. Com isso, os primeiros

foram submetidos ao cumprimento de inúmeros preceitos do Consenso de Washington, iniciando os processos de privatização, desregulamentação do Estado e liberalização do comércio, os quais eram vistos como necessários para superação da pobreza e dos danos ambientais causados pelos países mais pobres.

O discurso da sustentabilidade na perspectiva desenvolvimentista não reconhece as externalidades como inerentes ao próprio sistema produtivo capitalista, mas como desvios que podem ser perfeitamente corrigidos. A lógica de operação das empresas exige o repasse substancial de custos para a sociedade e meio ambiente, mesmo com a internalização das externalidades (FOLADORI, 2001).

O discurso do desenvolvimento sustentável tende a menosprezar as sociedades que, por diferentes razões, não alcançaram um significativo processo de industrialização, conferindo-lhes o estigma de atrasadas. Ironicamente, a possibilidade de operação de modo ambientalmente sustentável é concedida aos países altamente industrializados e poluidores, enquanto são atribuídas características do subdesenvolvimento às sociedades tradicionais que, ao longo de centenas de anos, garantem a integridade do meio ambiente (VEIGA, 2015).

O discurso do desenvolvimento sustentável é essencialmente paradoxal, visto que estimula o crescimento econômico concomitante a salvaguarda do meio ambiente. Desse modo, é um discurso incongruente, posto que:

As tentativas de negar essa contradição entre crescimento econômico contínuo e a conservação da natureza fazem com que muitas reivindicações atuais sejam quase esquizofrênicas. Ao mesmo tempo em que se pede mais e mais crescimento, se pede para “salvar o planeta” (CECHIN, 2008, p. 151).

Daly (2005) alegou que a clássica definição de desenvolvimento sustentável oferecida pela ONU está fundada nos preceitos da economia neoclássica, cuja satisfação das necessidades refere-se à utilidade intergeracional, o que é um conceito inadequado. “Utilidade é uma experiência, não uma coisa. Não há unidade

de medida para utilidade, e ela não pode ser legada de uma geração a outra” (DALY, 2005).

2.2.1 Sustentabilidade fraca

O conceito de sustentabilidade fraca, amplamente difundido por Solow (1974), está fixado na lógica da oferta e demanda. Diante disso, supõe-se que a demanda deve ser contínua e mesmo crescente e, do lado da oferta, a consequência inevitável é a maior exigência do capital manufaturado²⁸, do trabalho e dos recursos naturais. Nessa linha de raciocínio, a exploração dos recursos naturais até sua exaustão não oferece resistência para o curso da demanda, porque a renda oriunda da exploração de recursos deve ser reinvestida no capital manufaturado e no trabalho, capazes de garantir a perpetuação do sistema econômico na ausência do capital natural.

A sustentabilidade fraca apoia-se em demasia na tecnologia para subverter a depleção de recursos naturais, não contando que

o pressuposto de que capital natural e capital manufaturado são substituíveis é altamente questionável, pois o capital manufaturado tem origem física no capital natural. A relação entre eles no processo produtivo é de complementaridade. É um equívoco acreditar que o potencial do capital manufaturado adicional de sustentar o produto real no curto prazo é um exemplo de substituição de um pelo outro. Trata-se de uma “ilusão de substitutabilidade” que é criada quando um melhor conhecimento humano é “incorporado” no capital manufaturado adicional, e reduz a geração de resíduos (produção de entropia) no processo produtivo” (LAWN, 1999, 2007 *apud* CECHIN, 2008, p.115).

Diante dos problemas ambientais, a sustentabilidade fraca oferece simplesmente soluções de mercado ao incorporar os custos ambientais no preço final dos produtos. Um bom exemplo é o conhecido modelo tributário global sobre a emissão de GEE proposto por Nordhaus (2001) que, ao criticar as limitações do Protocolo de Quioto (1997), realiza um cálculo de eficiência das emissões, ou seja, os custos econômicos da redução não devem ser maiores que os benefícios ambientais.

²⁸ Expressão para a soma da estrutura física, material e tecnológica das empresas.

Assim, rejeita-se a discussão da restrição da quantidade da emissão já que o preço do carbono determina o seu nível ótimo.

O princípio poluidor pagador é um bom exemplo dessa lógica, uma vez que não diferencia, por exemplo, o caráter do pagamento das multas ambientais, das indenizações às vítimas de desastres ambientais e dos esforços na reorganização dos sistemas produtivos poluidores. Além disso, o mercado de créditos de carbono permite que os países ricos mantenham seus patamares de emissões de GEE em troca do financiamento de projetos questionáveis nos países pobres enquanto os mecanismos de mercado de taxaço de extração de carbono inexistem (SACHS, 2007).

2.2.2 Sustentabilidade forte

O conceito de sustentabilidade forte desenvolvido por Pearce e Turner (1990) funda-se na ideia da necessidade da manutenção constante do estoque de capital natural renovável, o que é factível caso a capacidade regeneração do recurso natural sobreponha-se à velocidade de sua extração. Ao mesmo tempo em que exige que os resíduos dos processos ainda assim permitam a recuperação do meio ambiente.

No caso dos recursos naturais não renováveis, o desafio da sustentabilidade forte é mantê-los inexploráveis. Dessa posição sucede as críticas contrárias, por duas razões: primeiramente, por igualar disponibilidade de recursos não renováveis (quantidade) com qualidade. Essa incorreção é exemplificada por Lawn (2007 p.57 *apud* Cechin, 2008 p.117) ao comparar um território marcado pela diversidade de árvores nativas daquele coberto por uma espécie única. Embora ambos possam ocupar a mesma extensão e servir a fins econômicos como a extração de lenha e celulose, o suporte à vida não é o mesmo.

Já a segunda crítica à sustentabilidade forte assenta-se na desconsideração dos efeitos irreversíveis (muitos dos quais até desconhecidos) causados pela depleção

dos recursos, que podem disparar um efeito em cadeia sobre todo o metabolismo da biosfera.

Diante da insubstituíbilidade dos serviços prestados pela natureza, a sustentabilidade forte propõe a sua precificação. Porém, essa atitude promove a falsa sensação que a lógica do custo *versus* benefício opera perfeitamente. Com isso, o aumento dos preços é entendido como a correção dos danos.

Os limites da Economia e do discurso da sustentabilidade forte estão na incomensurabilidade de valores. A atribuição de um valor monetário funciona bem até certo ponto. No momento em que as questões de ordem ética e moral se sobrepõem, a precificação não pode operar, porque é incapaz de valorar o que não pode ter preço.

O maior valor de mercado das escolhas sustentáveis opera em consonância com a lógica do sistema econômico. Nesse sentido, o discurso do desenvolvimento sustentável reforça um consumo supostamente mais consciente já que os consumidores são perfeitamente informados e capazes de satisfazer suas necessidades (utilidade).

Tanto a concepção da sustentabilidade fraca como a forte são visões intramuros oferecidas pela economia. Ambas não contemplam os limites biofísicos do planeta, ao contrário, oferecem um discurso de que a natureza não é um impeditivo para o crescimento econômico. Trata-se de um discurso otimista e voltado ao lucro. Uma e outra noção de sustentabilidade estão respaldadas em princípios metodológicos individualistas da economia neoclássica, incorrendo-se nos mesmos erros do valor de troca de mercado como solução dos problemas ambientais.

Além disso, o discurso do desenvolvimento sustentável enfatiza em demasia a salvação do meio ambiente, relegando a um segundo plano o debate em torno da ameaça de extinção da espécie humana. Isso porque, diante de um cenário

totalmente adverso à sobrevivência humana, o planeta Terra ainda continuará a existir por um longuíssimo tempo. (GOULD *apud* CECHIN, 2008).

Esse “detalhe” do escopo do discurso do desenvolvimento sustentável resulta no abrandamento da magnitude do problema bem como das responsabilidades e consequências imputadas à ação antrópica sobre o planeta, o que permitiu até mesmo a multiplicação de correntes negacionistas da questão ambiental.²⁹

Enquanto a base material e energética da sociedade for estritamente de origem fóssil, não se pode inferir que o desenvolvimento é sustentável, posto que os combustíveis fósseis são o fio condutor dos principais problemas ambientais enfrentados pela humanidade. Por esse motivo:

não adianta propor “estado estacionário” ou “crescimento zero”, “sustentabilidade fraca” ou “sustentabilidade forte”, e nem mesmo o “comunismo solar” como sendo as soluções para os problemas ambientais, pois são apenas promessas” (CECHIN, 2008, p.184).

2.2.3 A proposta tecnológica

O interesse dos economistas concentra-se na questão da alocação dos recursos escassos, nomeadamente os chamados fatores de produção, o conjunto de recursos necessários na produção de bens e serviços (naturais, trabalho, capital etc.).

Na exiguidade de recursos naturais e/ou trabalho, recorre-se ao capital na forma de tecnologia com vistas a permitir a substituição de um fator de produção por outro, o que resultaria em ganho de eficiência devido ao menor uso de expedientes.

Porém, Georgescu sustentava que a substituição entre os fatores de produção era ilusória, já que o arcabouço conceitual da Economia convencional ignora completamente o caráter peculiar dos mesmos, o que cria a falsa sensação da capacidade de um simples intercâmbio entre os mesmos. Além disso, a confiança

²⁹ Ver Al Gore (2006)

irrestrita de que os resíduos gerados podem ser perfeitamente eliminados com o emprego da tecnologia é falaciosa visto que contraria as leis de conservação da matéria e da energia. O máximo que se pode obter é a atenuação do resíduo posto que parte da energia é dissipada, tornando-se indisponível:

um processo mais intensivo em capital, por exemplo, requer um tipo qualitativamente diferente de capital, e que ele próprio tem origem física nos recursos naturais. No caso do capital e dos recursos naturais, a relação no processo produtivo é muito mais de complementaridade. Um conhecimento tecnológico incorporado em equipamentos de capital significa um outro capital, e algumas vezes utilizando outros recursos naturais (CECHIN, 2015, pp.73).

Assim, segundo os preceitos da economia ortodoxa, a tecnologia seria capaz de se sobrepor até mesmo à ausência dos recursos naturais. Contudo, a incoerência desse otimismo reside na hesitação de como a tecnologia, encarnada em máquinas, equipamentos e ferramentas pode ser reproduzida sem que haja a materialidade dos recursos naturais.

A disseminação dessa noção foi corroborada pelo economista norte-americano e prêmio Nobel de Economia Robert Solow (1924—) cujo modelo matemático de mesmo nome tornou-se exemplar para a teoria do crescimento econômico. Segundo esse modelo, é perfeitamente possível um *continuum* do crescimento econômico no longo prazo e de maneira equilibrada desde que capital, trabalho e tecnologia cooperem entre si. Neste sentido,

se admitirmos que é relativamente fácil substituir, nos processos econômicos, recursos ambientais pelos fatores de produção 'trabalho' e, de forma especial, 'capital', e se acreditarmos que, com o crescimento econômico, virá o progresso técnico facilitador da poupança e/ou da substituição de recursos naturais, não há razão para preocupação. Nessas circunstâncias, se ao longo de uma contínua ampliação da escala da economia mundial houver a exaustão de um recurso natural, isto será "apenas um evento, e não uma catástrofe" (SOLOW, 1974 *apud* MUELLER, 2005).

Desse modo, a confiança na substitutabilidade dos recursos naturais através do trabalho humano e/ou capital manufaturado possibilita a manutenção dos níveis elevados de produção e consumo conforme os ditames da economia dominante. E ainda mais, a associação do crescimento econômico com o progresso técnico.

Lawn (1999) alerta para o equívoco dos ganhos de eficiência através do uso de novas tecnologias, os quais, no máximo, possibilitam a diminuição dos resíduos, mas não a substituição efetiva, isto é, a menor utilização de recursos naturais. Mais do que substituição, há uma profunda relação de complementaridade entre os fatores de produção.

Ademais, o modelo de Solow infere que o crescimento econômico é necessariamente benéfico e que:

o progresso ocorre sobretudo devido às novas ideias, mas também de que as novas ideias levam invariavelmente ao progresso econômico. Essa é uma conclusão natural, contanto que as ideias sejam concebidas como apenas tecnológicas: elas possibilitam gerar mais produção com menos trabalho. (...) Nem todas as invenções que expandem nossas escolhas são as melhores (AKERLOF & SHILLER, 2016, p.99-100).

Outro aspecto do discurso tecnológico é sua capacidade de enfatizar a engenhosidade humana em detrimento de uma discussão ética sobre a depleção dos recursos naturais. Mais ainda, as soluções tecnológicas incorporadas ao sistema econômico convergem em direção à otimização, à maximização dos recursos. Tal lógica da alocação ótima de recursos difunde-se para os demais domínios da vida, obstaculizando as responsabilidades humanas com relação ao presente e futuro da humanidade.

Tome-se, por exemplo, o paradoxo de Jevons, formulado pelo economista inglês Willian Stanley Jevons (1835-1882) em seu livro O Problema do Carvão (1865), no qual é abordada precisamente essa percepção ordinária de que o aumento da eficiência reduz o uso dos recursos.

Jevons, ao analisar os aspectos da Revolução Industrial, concluiu que as novas tecnologias (no caso, a máquina a vapor) ampliavam o consumo total de carvão, embora seu criador James Watt (1736-1819) a tenha desenvolvido com o intuito do menor uso concreto deste recurso. Sendo assim,

a eficiência (...) provoca um aumento do consumo agregado, devido ao “efeito riqueza” gerado neste processo. (...) maior produtividade do trabalho, maior produção econômica e redução dos preços das mercadorias. Estas são as bases do crescimento econômico e da geração de riqueza. Isto quer dizer que, no nível microeconômico, se produz uma mesma unidade (*output*) com menos insumos (*input*), mas no nível macroeconômico o resultado é um aumento da produção e do consumo, com crescimento do uso dos recursos naturais” (ALVES, 2012).

Entende-se que o efeito bumerangue (*rebound effect*) – como também é conhecido o paradoxo de Jevons – evidencia que os avanços tecnológicos seguidos de seus ganhos de eficiência podem não estar em acordo com o meio ambiente. Em muitos casos, podem gerar mais e/ou novas pressões ambientais.

Ponting (1991) sustenta o argumento que a percepção do carvão como fonte de energia é anterior à escassez da madeira, por exemplo. Embora já houvesse um conhecimento prévio da fonte carvoeira como substituta para a devastação das florestas para obtenção de lenha, sua exploração depende muito mais do acesso às tecnologias que da disponibilidade das energias.

Torna-se claro que, mais importante que o incremento das tecnologias limpas, é a sua viabilidade. Em suma, a tecnologia deve ser capaz de autorreprodução sobre o recurso no qual está apoiada, isto é, “a energia extraída com uma tecnologia deve exceder a energia necessária pelos setores da economia que produzem o equipamento exigido na extração”. (CECHIN, 2008 *apud* G-R, 1979a, 1982, 1984).

Assim, a chamada “tecnologia viável” pensada por Georgescu deve propiciar tanto recursos excedentes como aqueles capazes de sustentar a própria técnica em questão. Daí os limites da tecnologia do uso direto da radiação solar, por exemplo, já que os coletores não podem ser produzidos com a energia que coletam, mas, exigem recursos fósseis para a sua manufatura.

Além disso, a baixa densidade da energia solar somada à demanda crescente e que exige a intensificação de diversos processos fabris, obrigaria a fazendas coletoras de energia solar de proporções colossais, o que é inviável.

A racionalidade da economia exige uma atomização do indivíduo. O comportamento do *homo economicus* entendido como mero produtor e consumidor é pernicioso, uma vez que “uma sociedade é uma entidade virtualmente imortal e, por isso, não pode ser aplicado o mesmo tipo de raciocínio econômico que se aplica ao indivíduo” (CECHIN, 2008, p.89).

O caráter destrutivo da intervenção antrópica desmedida é colocado em segundo plano diante o vislumbre de uma nova tecnologia, a qual lida quase sempre com o gerenciamento dos resíduos do processo produtivo já que a exaustão dos recursos naturais é quase sempre impossível de ser revertida pela inovação. Além disso, o debate tecnológico tende a se afastar de um conteúdo ético, pois, diante um cenário catastrófico, concentra-se no estado do planeta Terra, o qual continuará a existir com ou sem recursos naturais e seus resíduos, deixando para um segundo plano o impasse da extinção das espécies, inclusive a humana. Com isso, percebe-se um foco crescente nas fronteiras, na capacidade de carga e de recuperação (resiliência) do meio ambiente em detrimento aos limites da ambição humana.

Como cita Alves (2012):

Os avanços tecnológicos podem ser um grande instrumento de libertação e bem-estar, mas também podem se tornar fontes de exploração e alienação, especialmente quando reforçam o monopólio da ciência e tecnologia nas mãos de poucos atores econômicos. Aumentos na eficiência energética e produtiva só contribuem para o avanço do processo civilizatório quando estiverem a serviço do conjunto da população, dos demais seres vivos do Planeta e da melhoria da qualidade de vida da Terra.

O chamado *decoupling*, termo utilizado para se referir à dissociação entre crescimento econômico e seus impactos ambientais por meio dos avanços científicos é controverso, visto que as novas tecnologias quase sempre são pensadas para perpetuar o crescimento econômico, o que por si só já compromete a sua compatibilização com o meio ambiente.

O sistema econômico vigente fixou-se na ideia de circularidade e da incomunicabilidade com o seu meio, além de ter-se consagrado como ciência, o que

impediu a real compreensão do seu funcionamento e, conseqüentemente, resultou em respostas pírias para a solução de seus problemas. Logo, parte substancial das propostas que perpassa a questão da sustentabilidade está aquém do esperado dado que o entendimento da Economia é impreciso.

2.2.4 A proposta das energias renováveis

A impressão de que a humanidade disporia de um leque de opções para fornecimento de combustíveis é enganosa. O petróleo está se esgotando e o uso de outros fósseis será dispendioso e problemático. E, pior ainda, a contribuição de renováveis será necessariamente modesta.

Rogério César Cerqueira Leite

Possivelmente, a indústria automobilística oferece um dos mais emblemáticos dilemas da relação sociedade *versus* meio ambiente. Conforme mostra Abramovay (2012), pesquisas evidenciam que, a despeito da imagem negativa do automóvel nas grandes cidades (poluição, trânsito, ruído, estresse, etc.), sua frota só aumenta.

Por mais que os automóveis tenham se tornado menos poluidores e mais econômicos, tanto o nível de poluição das cidades quanto o consumo global de combustíveis insistem em aumentar. O já citado Paradoxo de Jevons ajuda a entender essa aparente dissonância com relação ao acréscimo no atacado da queima de combustíveis fósseis quando a tecnologia envolvida é efetivamente mais eficiente.

Nessa perspectiva, o aumento da preocupação ambiental e, assim, das práticas ditas sustentáveis, não é necessariamente acompanhado por um decréscimo da queima de combustíveis fósseis, principal atividade poluidora do planeta. Ainda mais quando a oferta de energia renovável, especialmente a solar, é abundantemente maior que a de combustíveis fósseis não renováveis.

Esse aparente descompasso entre o discurso da sustentabilidade e novas matrizes energéticas (solar, eólica, geotérmica, biomassa) pode ser compreendido melhor ao se avaliar qualitativamente e não quantitativamente as principais fontes de energia disponíveis. Segundo Cechin (2008, pp.77):

os estoques terrestres são obviamente limitados em quantidade total, enquanto [a] taxa na qual a humanidade os utiliza é uma questão de escolha. Já a fonte solar é praticamente ilimitada em quantidade total, porém altamente limitada pela taxa que chega à Terra.

E continua:

Há uma outra diferença fundamental entre essas duas fontes de riqueza. São os estoques terrestres que abastecem a base material para as manufaturas, enquanto o fluxo solar tem o papel insubstituível de manutenção da vida (CECHIN, 2008, p. 77).

Isto posto, ao ser enunciado a famosa definição do desenvolvimento sustentável como aquele que “satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1987 p. 43), fica evidente que a problemática está centrada no domínio da exploração dos estoques de recursos naturais não renováveis.

Dessa constatação advém uma importante observação com relação às ideias propagadas acerca da desmaterialização da economia ou da chamada economia 2.0 através do uso eficiente de energia. Isto porque, as energias renováveis por se tratarem de fluxos e não de estoques não oferecem as bases materiais necessárias para a reprodução da vida material na sua totalidade.

Além disso, segundo Georgescu (1979), independentemente da matriz energética empregada, a depleção de recursos naturais perdura. Ele acrescenta que mesmo as matrizes de energia renovável dependem em grande medida da tecnologia vigente, logo, estão inevitavelmente subordinadas aos combustíveis fósseis.

Como já levantado na seção anterior, Georgescu argumentava que o uso de energia renovável, notadamente no atual enquadramento assumido pela energia solar, experimenta sérias objeções. Por se tratar de uma matriz de baixa intensidade exige uma estrutura material para sua captação apoiada substancialmente em recursos fósseis. Em suma, não é possível produzir os dispositivos solares através da energia solar captada por eles.

À imperativa associação das energias renováveis com a energia fóssil, somam-se as baixas concentrações energéticas dos renováveis, os quais exigem a instalação de uma ampla estrutura de operação na tentativa de aproximação da oferta propiciada pela energia fóssil. A energia eólica também não seria capaz de cobrir as necessidades energéticas do mundo, mesmo se totalmente utilizada (CECHIN, 2010). O problema da intermitência também circunda a discussão das energias renováveis, porque:

as velocidades do vento são altamente variáveis e a potência gerada cai drasticamente quando a velocidade do vento diminui. Como resultado, as turbinas eólicas produzem em média muito menos eletricidade que sua capacidade máxima (CECHIN, 2008, p.108)

No campo fotovoltaico, além da irregularidade do fluxo, a produção de energia elétrica e de captação direta da radiação solar (fototérmica) enfrentam entraves técnicos e altos custos. Ainda há muito a se desenvolver no que diz respeito à produção de células de combustível, baterias e semicondutores.

Com relação à biomassa, popularizada no Brasil com o etanol de cana-de-açúcar deve-se ponderar que ao diminuir a pressão na exploração de combustíveis fósseis sucede-se uma maior pressão no campo e perda da biodiversidade. Exige a monocultura e o latifúndio o uso intensivo de defensivos agrícolas e de água, além de colocar em risco a agricultura familiar e comprometer a segurança alimentar. Em síntese, há um deslocamento do problema que, no Brasil, pode agravar os conflitos fundiários, a crise hídrica, a carência alimentar e os problemas de saúde dos trabalhadores rurais.

Segundo Leite (2005)

a opção por biocombustíveis encontra um obstáculo irremovível: a baixa eficiência da fotossíntese, o que implica uma extensão de terras agricultáveis inexistente. Tanto para a cana-de-açúcar como para o eucalipto, as culturas para as quais maior eficiência foi alcançada, seriam necessários entre 12 milhões e 15 milhões de km² em terra tropical. Ora, é duas vezes a área cultivada atualmente no planeta e quase o dobro da superfície do Brasil.

Nessa direção, Georgescu (1979) acaba por rejeitar a chamada “escola de análise energética” partidária do uso em larga escala das energias renováveis como solução dos dilemas ambientais e representada por Odum, o qual ofereceu uma interpretação energética do sistema econômico. Assim, o valor atribuído a um bem deveria refletir a energia empregada ao longo do seu processo produtivo, sendo contabilizada assim a natureza.

No modelo de Odum, valor econômico e preço confundem-se. Georgescu defendia que todos os insumos têm valor econômico, embora muitos não sofram precificação, além disso, o simples cômputo energético retiraria toda a subjetividade que norteia as decisões de compra dos consumidores (preferências), as quais balizaria os preços.

Depreende-se ainda que o discurso dos chamados produtos e serviços sustentáveis, os quais apresentam preços mais elevados que seus congêneres tradicionais seguem, em grande medida, a linha de raciocínio de Odum, para quem os fluxos energéticos e materiais devem ser computados, o que justificaria a elevação dos preços finais.

Seguindo a tradição da escola de análise energética, Costanza (1997) na tentativa de conjugar valores energéticos e preços desenvolveu o chamado GPI (Indicador Genuíno de Progresso, na tradução em português) em oposição ao PIB.³⁰ Como

30 O PIB é o indicador de riqueza mais conhecido e empregado por economistas, porém, há autores que argumentam que o PIB não pode ser a medida, já que quantifica os fluxos monetários e não os estoques.

resposta, Georgescu reiterou que os cálculos que permitiram Costanza a equiparar fluxo de energia e preço excluía o papel decisivo do capital, do trabalho e da terra como fatores de produção.

E, embora se consiga a eficiência de materiais e energia, em adição à redução das emissões de resíduos, o crescimento econômico ininterrupto amplia cada vez mais a demanda de insumos e, conseqüentemente, a produção de rejeitos. “Os ganhos de eficiência trazidos pelas tecnologias foram compensados negativamente pelo aumento da escala do crescimento econômico” (WORLD RESOURCES INSTITUTE, 2000 *apud* CECHIN, 2008 p.91).

Observa-se que a escassez de recursos naturais provoca, contrariamente às expectativas, o aumento da dependência do petróleo, sendo a poluição resultante intensificada na medida em que mais se discursa em favor da sustentabilidade e suas ações, tais como reciclagem, reaproveitamento e reutilização.

Os combustíveis fósseis, sobretudo o petróleo, possibilitaram o processo de industrialização em razão da superioridade de sua qualidade energética. Qualidade esta explicada pelo seu alto valor energético contido numa mesma unidade de massa, o que propicia maior retorno energético por investimento (também conhecido como EROI, ou *energy return on investment*) em comparação às alternativas limpas. Em segundo lugar, os recursos renováveis demandam um montante de capital, trabalho, energia e materiais superiores aos fósseis, o que inviabiliza substancialmente projetos nesse sentido (CLEVELAND, 2007 *apud* CECHIN, 2008 p. 108).

Mesmo na hipótese da existência de tempo hábil e de capital ilimitado, as fontes de energia renovável não são capazes de cobrir a demanda atual. A transição energética exigirá por um longo tempo a coexistência com os combustíveis fósseis (CECHIN, 2008, pp. 158-9).

Para Sachs (2007),

[a] energia que menos polui e que geralmente menos custa é aquela que deixa de ser produzida graças à adoção de um perfil mais sóbrio da demanda energética e à maior eficiência no uso final das energias produzidas. A substituição das energias fósseis por bioenergias e por todas as demais energias renováveis só vem em terceiro lugar.

Assim, é primordial que haja a promoção de padrões de produção e consumo mais modestos. A adoção de uma matriz energética mais limpa não é uma garantia suficiente por si só. Daí, o fato que o pico do petróleo, bem como a alta de seus preços, não resulta unicamente no uso das energias renováveis, visto que a exploração de matrizes energéticas mais poluentes tem aumentado significativamente, como é o caso do óleo cru e do xisto betuminoso (SACHS, 2007).

A solarização da base energética e a reciclagem dos materiais dissipados pelos processos produtivos são as principais apostas do desenvolvimento sustentável. Georgescu não se opunha às energias limpas, mas enfatizava que o uso direto da energia solar exigia grandes esforços de materiais e infraestrutura em razão de sua baixa densidade energética. A exploração mais direta da energia solar é incapaz de se opor à 2.^a lei da termodinâmica.

A apregoada descarbonização da economia baseia-se muito mais nos problemas de ordem socioeconômicos e políticos relacionados ao pico do petróleo que propriamente da preocupação com os impactos ambientais. Isso porque o processo de substituição do petróleo demoraria cerca de vinte anos (HIRSH *et al.* 2005 *apud* CECHIN, 2008).

Enfrenta também um problema de justiça ambiental e social que tange grande parcela da população pobre do globo ainda sem acesso aos serviços energéticos básicos, o que implica na disposição dos países ricos de renunciarem parte

substantial de seus confortos em prol dos menos favorecidos (MARTINEZ-ALIER, 2007).³¹

As potencialidades do meio ambiente não podem ser delegadas à tecnologia. Os atributos ambientais não devem ser entendidos como dispensáveis, mas como sendo fundamentais para a manutenção da vida. A tecnologia mostra-se extremamente competente na transformação dos recursos naturais, mas inapta na concessão de fundos de serviços ambientais como regulação do clima, ciclos biogeoquímicos, etc.

No raciocínio de Georgescu-Roegen, o fato de um recurso natural encontrar-se disponível não conduz necessariamente à viabilização de sua exploração. É a tecnologia disponível que oferece as condições de acesso ao recurso e não propriamente sua abundância ou escassez.

2.2.5 A proposta da reciclagem

É lugar-comum dizer que a reciclagem de materiais é imprescindível e benéfica ao meio ambiente. Separar o lixo orgânico do reciclável é cada vez mais usual, ao mesmo tempo em que se divulgam diversas campanhas de conscientização nesse sentido.

Conforme anunciado pelo Ministério do Meio Ambiente:

A reciclagem reduz, de forma importante, o impacto sobre o meio ambiente: diminui as retiradas de matéria-prima da natureza, gera economia de água e energia e reduz a disposição inadequada do lixo. Além disso, é fonte de renda para os catadores (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2018).

31 O aumento da temperatura em virtude das emissões de CO₂ gera um impasse político internacional acerca das responsabilidades e das metas para controlar as mudanças climáticas. A título de informação, somente os países ricos precisam reduzir 90% de suas emissões até 2030 (ver Monbiot, 2007 e Lester Brown, 2008).

Embora o pensamento georgesquiano tenha se concentrado na depleção de recursos naturais, o teórico admitiu que a poluição e os resíduos seriam os primeiros problemas agravados pela crise ambiental. Seu argumento era de que, por serem facilmente visíveis e por se acumularem em grandes quantidades na superfície do planeta, acirrariam o debate sobre o meio ambiente (CECHIN, 2010)

Assim,

[n]o longuíssimo prazo, devido à dissipação material e ao declínio da qualidade no uso dos recursos naturais, alguns elementos materiais se tornarão mais críticos que energia para um sistema industrial do tipo atual (CECHIN, 2008, p.94).

Conforme a lei da entropia, a mesma quantidade de energia disponível nos recursos naturais de baixa entropia não pode ser usada novamente. Caso isso fosse possível, a escassez de recursos e os resíduos decorrentes do processo produtivo inexistiriam. Nesse último caso, a reciclagem seria total.

No entanto, observam-se os esforços crescentes das empresas no sentido de promoverem a reciclagem. Boulding (1966) foi um dos precursores da proposição da circularidade da economia por meio da reciclagem dos materiais utilizados nos processos.

Ele denominou de economia do *cowboy* o estilo de vida que associa o aumento do consumo e do bem-estar como sinônimos. Em contrapartida, sugeriu a economia do astronauta, já que a Terra é um sistema fechado (espaçonave) para as trocas de materiais, mas aberto para entrada e saída de energia.

Daí a sua proposta de um sistema econômico circular e autorrenovável dos materiais, o que excluiria a necessidade da entrada de novos *inputs*, já que os mesmos seriam reiteradamente reciclados. Assim, a preocupação com a manutenção dos estoques é minimizada pelo aproveitamento da entrada de energia solar.

Georgescu (1977) opunha-se à ideia de que o processo produtivo poderia perdurar indefinidamente sem a necessidade da entrada de recursos naturais provenientes do meio externo. Uma sociedade solarizada exigiria ganhos crescentes de eficiência energética, ou seja, a captura de energia solar deve ser cada vez maior com o intuito de garantir a reciclagem total de materiais, o que teoricamente é possível, mas inviável do ponto de vista prático.

E, por mais que a natureza esteja repleta de exemplos de reciclagem de materiais, os resíduos dos processos produtivos são compostos heterogêneos e concentrados, o que significa que o reaproveitamento não é tão trivial quanto parece (GEORGESCU-ROEGEN, 1979).

O anúncio do lixo zero (*zero waste*) promove a crença da reversibilidade da degradação material. No entanto, os processos reversíveis são exceções na natureza enquanto aqueles irreversíveis constituem a regra (PRIGOGINE, 1996, p. 25).

Para Ayres (1997) a recuperação dos materiais desperdiçados nunca será completa e perfeita e o próprio processo de reciclagem produzirá resíduo. Menos céticos que Georgescu, os adeptos da ecologia industrial defendem que

(...) em certos casos, a abordagem da ecologia industrial poderá mesmo considerar o aumento da produção de um determinado resíduo, na ausência de uma alternativa de produção mais limpa viável, se isso tornar possível a transformação do resíduo em um subproduto comercializável. (Erkman, 1997)

Com isso, mais do que discutir os limites da reciclagem, deve-se pensar na restrição da produção.

3 O NASCIMENTO DO *FAST-FASHION*

Na presente crítica, faz-se necessário prospectar as origens do *fast fashion*, ou ao menos os embriões de sua lógica. Pode-se dizer que os princípios da “moda rápida”, termo conferido ao sistema de produção e logística precursor da mecanização na indústria têxtil, começaram a ganhar força no século XIX, no momento em que algumas etapas de produção das primeiras indústrias têxteis europeias passaram a ser terceirizadas para pessoas que trabalhavam em suas residências em troca de salários baixos (*sweaters*), uma prática que fez com que o volume de produção de vestidos para mulheres de classe média se tornasse mais acelerado e atendesse um maior número de consumidores (IDACAVAGE, 2016).

No século XX, após a Segunda Grande Guerra Mundial (1939–1945), com o aprimoramento da mecanização, houve um aumento da produção padronizada de vestuários e "os consumidores da classe média tornaram-se mais receptivos ao valor da compra de roupas produzidas em massa" (DELGADO, 2008). Já no final dos anos 1990, o *fast fashion* estabelece-se de forma definitiva, sendo o conceito a extensão de outro, o *Quick System*, "que nasce no Sentier, um bairro de Paris, com pequenos comerciantes do setor têxtil que começam sua produção tardiamente após a certeza de algumas tendências para não errar e perder vendas" (ERNER, 2005 *apud* DELGADO, *idem*).

Segundo alguns autores, na mesma década "surgiram algumas empresas chamadas de 'prontistas' ... [que] apostaram em alguns modelos observados durante os desfiles, ou nas vitrinas, e os ofereciam diretamente para a distribuição" (CIETTA, 2010). Nesse contexto, há quem afirme que o *fast fashion* nasceu na Itália, com a marca Benetton, na segunda metade da década de 1990 (MATTOS, 2017).

Segundo Muran (2007), com o advento da globalização e da automação (que complementa a mecanização), duas empresas expandiram esse modelo até seus limites (ver Figura 1): H&M e Zara, sendo que a última, vista como a maior varejista de moda do mundo, ao disparar pedidos de vestuário para cada uma das mais de

1900 lojas em todo o mundo, é atendida prontamente num prazo de 48 horas (CHU, 2014).

Figura 1 – Modelo de suprimento do *fast fashion*

Fonte: BRUCE E DALY, 2006 *apud* DELGADO, *idem*.

No Brasil, a prática foi replicada, em particular por empresas têxteis do Brás e do Bom Retiro (DELGADO, 2008), tendo se consolidado com as grandes redes de varejo de moda e estima-se que os cinco principais *players* (Riachuelo, Renner, C&A, Pernambucanas e Marisa) possuem juntos menos de 10% de *market share* enquanto no Hemisfério Norte as grandes redes de varejo de moda alcançam até 40%. Em síntese, o perfil do varejo de moda brasileiro é marcado, de um lado, pela forte competição e pulverização e, por outro, por um grau alto de informalidade das micro e pequenas empresas (RIACHUELO, 2018).

Conforme explicitado pela Riachuelo, o modelo de *fast fashion* exige:

habilidade em gerenciar estoques e prever, identificar e responder com rapidez às mudanças nas tendências da moda e nas preferências do consumidor [...], [e] se analisar incorretamente o mercado para suas mercadorias ou qualquer nova linha de produtos, poderá ter um volume substancial de estoques não vendidos. Em resposta a essas situações, a Companhia poderá ser forçada a baixar os preços de suas mercadorias ou fazer vendas promocionais para acabar com os estoques, o que afetaria negativamente os seus resultados operacionais (RIACHUELO, 2018, p.19).

3.1 LOJAS RENNER

3.1.1 Apresentação da empresa

O ano de 1922 marca a abertura do primeiro ponto de venda do grupo fundado por Antônio Jacob Renner em Porto Alegre (RS) que, dez anos antes, em 1912, já havia adquirido uma unidade fabril e cultivava algumas de suas principais matérias-primas (RENNER, 2018).

Na década de 1940, o *mix* de produtos ofertados alarga-se com o acréscimo dos têxteis para o lar, bazar e eletrônicos, fornecendo os contornos de uma loja de departamento. E, em 1965, com o desmembramento das diferentes empresas que compunham o grupo, cria-se a Lojas Renner S. A., independente do grupo A. J. Renner e que, em 1967, torna-se uma empresa de capital aberto (RENNER, 2018).

A presença regional da Lojas Renner estende-se até a década de 1990, quando outros Estados da Federação (Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Brasília) passam a ter pontos de venda, o que assinala sua expansão e também sua reestruturação com vistas à consolidação como loja de departamento de moda (RENNER, 2018).

A gestão familiar da Lojas Renner é abandonada em 1998 e o controle acionário passa a pertencer a J. C. Penney Brazil Inc., subsidiária de uma das maiores redes de lojas de departamento dos Estados Unidos. Com novas lojas e a propagação do conceito de *lifestyle* ancorado na venda de suas marcas próprias e da remodelação de sua proposta de *visual merchandising*, a Lojas Renner estabelece um amplo plano de crescimento no mercado nacional (RENNER, 2018).

Em 2005, com a oferta pública de suas ações na bolsa de valores³², tornou-se a primeira empresa brasileira com 100% do seu capital pulverizado. Para além, a Lojas Renner integra a listagem do Novo Mercado da Bovespa cujas empresas se comprometem, espontaneamente, na adoção de boas práticas de governança corporativa adicionais às exigidas pela legislação (BM&FBOVESPA, 2018).

Em 2006, a Lojas Renner alcança pontos de venda no Nordeste e, finalmente, em 2007, passa a abranger a região Norte do país. No mesmo ano, inicia a oferta de seus produtos e serviços financeiros, como empréstimos e seguros, que, desde 2017, é feita por meio da sua instituição financeira, a Realize Crédito, Financiamento e Investimento (“Realize CFI”) (RENNER, 2018).

O comércio eletrônico foi instituído em 2010 e, além das lojas de departamento de moda, a Lojas Renner é detentora da Camicado, voltada para o segmento de casa e decoração e da Youcom, marca direcionada ao público jovem. Atualmente, possui 19 marcas próprias, além da prática de licenciamento de produtos. Seu posicionamento de mercado diferencia-se dos seus demais concorrentes, com público alvo composto por mulheres entre 18 e 39 anos, das classes sociais A-, B e C+ (RENNER, 2018).

E, em 2017, a Lojas Renner estabeleceu sua primeira operação fora do Brasil, no Uruguai, contabilizando, assim, mais de 500 lojas e 16.367 funcionários³³, além de consolidar-se como a maior varejista de moda do Brasil com faturamento total líquido de R\$ 6,6 bilhões e lucro líquido de R\$ 732,7 milhões em 2017 (RENNER, 2018).

32 Hoje chamada de B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), após a fusão, em 2017, da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA) com a Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP).

33 Somando seus três formatos: Renner, Camicado e Youcom.

3.1.2 Fundamentos corporativos

A cultura corporativa condensada na Missão, Visão e Valores permite identificar a forma como a empresa se comporta e interage com seu meio. Além disso, o pressuposto subjacente é que uma cultura corporativa forte e bem definida pode gerar maior retorno do investimento econômico (RODRIGUES, 1997).

Em linhas gerais, a Missão expressa a razão de sua existência, identifica o negócio e suas motivações. A Visão é o que a empresa almeja no futuro, seus anseios, aspirações, metas e objetivos de longo prazo enquanto os Valores são os princípios e crenças essenciais e duradouros que balizam suas decisões (COBRA, 1992).

Para Scott, Jaffe e Tobe (1998) a declaração dos fundamentos corporativos com vistas a atender as demandas dos *stakeholders* deve vir acompanhada do real respeito aos conceitos divulgados, caso contrário, discurso e ação não estão em sintonia.

Desse modo, os fundamentos corporativos da Renner (ver Figura 2) revelam o esforço de construção de uma identidade fortemente associada à sustentabilidade, explicitada tanto em sua Missão quanto em seus Valores. A recente reformulação de seus fundamentos³⁴ pode ser entendida do ponto de vista estratégico como a tentativa de maior sensibilização dos seus *stakeholders* e da obtenção de vantagens competitivas diante seus concorrentes.

³⁴ Conforme informação da própria empresa, o tema da sustentabilidade foi incluído em seus fundamentos apenas no ano de 2016 (RENNER, 2016).

Figura 2 – Missão, visão e valores da Renner

Fonte: <https://portal.lojasrenner.com.br/renner/conteudo/content.action?id=154&tela=>

3.1.3 O discurso da sustentabilidade da Renner

A divulgação das práticas da Renner com o conceito de sustentabilidade é feita por meio de seu *site* e do documento intitulado Relatório Anual³⁵. A análise do material publicado evidencia que, mesmo compondo desde 2014, a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BMF&BOVESPA, reconhecida em 2016 pelo

35 A publicação é composta por dois cadernos, o “Caderno 1 — Panorama”, que traz informações sobre o perfil da Companhia, estratégia de sustentabilidade e geração de valor. Disponível em: <file:///C:/Users/WIN70112/Downloads/RA16_CADERNO-1_panorama_cvm.pdf>. e o “Caderno 2 — O ano em detalhes”, que apresenta o desempenho nos indicadores considerados relevantes na execução de sua estratégia. Disponível em: <http://www.mzweb.com.br/renner/web/download_arquivos.asp?id_arquivo=B7526DA9-CAD4-4964-9FAB-439253EF2312>.

Dow Jones Sustainability Index (DJSI/RobecoSAM)³⁶ como a 14ª companhia mundial do varejo na gestão da sustentabilidade e classificada como “liderança” no *Carbon Disclosure Project* (CDP)³⁷, seu discurso é falho e incoerente.

E, embora, explicita seu acordo com os princípios do *triple bottom line* anunciados como “nossos negócios e atitudes são pautados pelos princípios da sustentabilidade. Buscamos, além dos resultados financeiros, o desenvolvimento social e a redução dos impactos ambientais, sempre atuando dentro das melhores práticas de governança corporativa” (RENNER, 2018), o acesso mais detalhado das ações nesse sentido não é facilitado.

Seu *site* não é bem estruturado do ponto de vista da comunicação visual dos elementos de uma cultura de sustentabilidade, o que dificulta a navegação do usuário, o que pode ser percebido no *link* de acesso ao conteúdo de sustentabilidade, o qual não recebe nenhum destaque e encontra-se no final da *homepage*, revelando ser uma página eletrônica de conteúdo fundamentalmente vinculado à venda de produtos e de performance econômica.

As menções sobre sustentabilidade aparecem em fonte de tamanho pequeno e cor apagada, dificultando a leitura em um *site* não responsivo, isto é, que não apresenta *layout* preparado para se adaptar ao formato de *tablet* ou *smartphone*. Tais inconvenientes de visualização do conteúdo levam a crer na intencionalidade da não divulgação das informações no âmbito geral. Em compensação, o acesso às compras é amplamente viabilizado.

36 Indicador global criado em 1999 e indexado à Bolsa de Nova Iorque, o qual associa o desempenho financeiro ao cumprimento de requisitos de sustentabilidade.

37 Organização não-governamental que trabalha para conduzir ações envolvendo a redução de emissões de gases de efeito estufa e uso sustentável da água.

Na página “Nossas Diretrizes 2021”³⁸, a Renner estabelece um plano estratégico para “o desenvolvimento sustentável do negócio nos próximos cinco anos, de acordo com as demandas e perspectivas de nossos públicos internos e externos” (RENNER, 2018). Um *link* leva os leitores diretamente à referência “Produtos & Serviços Sustentáveis” (Ver Figura 3), na qual a empresa exalta a parceria com a *Better Cotton Initiative* (BCI)³⁹, organização sem fins lucrativos, criada em 2005 pela ONG internacional *World Wide Fund for Nature* (WWF), que, por intermédio de um certificado, pretende conscientizar e orientar o cotonicultor, melhorando a cadeia produtiva do algodão.

Contudo, estudos independentes demonstram a inocuidade da iniciativa, associando-a ao artifício de *greenwashing*. A GMWatch⁴⁰, por exemplo, em matéria publicada no jornal *The Guardian* revela que a BCI alia-se às grandes empresas do setor de agricultura e biotecnologia, como a Monsanto (hoje pertencente à Bayer) e a Syngenta, para incentivar a produção do algodão transgênico pulverizado com quantidades massivas de Roundup, um herbicida de amplo espectro que traz consequências sérias para a saúde humana (BADEN-MAYER, 2015).

38 Ver <http://www.lojasrennersa.com.br/pt_br/sustentabilidade/nossas-diretrizes-2021>. Acesso: 28 jul 2018

39 Ver <https://bettercotton.org/about-bci/bci-history/>

40 Organização independente que procura combater o poder político corporativo e a propaganda da indústria de organismos geneticamente modificados (OGM).

Figura 3 – Plano Estratégico da Sustentabilidade

Fonte: http://www.lojasrennersa.com.br/pt_br/sustentabilidade/nossas-diretrizes-2021

Já no documento Relatório Anual⁴¹, há dois embaraços: primeiro, por se trata de um documento elaborado anualmente, está desatualizado, já que a última edição disponível para consulta é de 2016. Em segundo, o *link* de acesso apresenta barras invertidas no seu endereço, impedindo o seu *download*, daí a necessidade de um conhecimento técnico prévio para realizar a sua leitura.

O indicador ambiental é o mais salientado em todo o relatório, revelando o esforço de construção de um discurso convincente nesse âmbito. No entanto, com relação à poluição e à produção de resíduos e rejeitos, a Renner apresenta uma visão

41 Como meio de corroborar a veracidade das informações, emprega a metodologia proposta pela *Global Reporting Initiative* (GRI). No entanto, “as corporações que adotam o GRI o fazem sem um forte compromisso de medir e divulgar suas práticas, não há um mecanismo explícito no instrumento que o exija, basta apenas reportar, pois na prática não há como fazer verificações de congruência entre aquilo que foi reportado e as efetivas ações relatadas” (TONIN; MADRUGA, 2012).

fragmentada e pouco holística da cadeia de produção ao mesmo tempo em que responsabiliza fornecedores e consumidores:

O ciclo de vida dos produtos do varejo têxtil vai desde a extração de matéria-prima até a duração do tempo de vida do produto e sua degradação no ambiente. Após o descarte pelos usuários finais, os bens de consumo geralmente são destinados a aterros sanitários, que, principalmente nas grandes cidades, têm cada vez mais dificuldade de absorver o crescente volume de resíduo gerado pela sociedade todos os dias. Para contribuir com a redução desse impacto, buscamos promover uma gestão ambiental atenta e rigorosa, que olhe tanto para a produção de nossa cadeia de fornecedores quanto para nossa operação e para os hábitos de consumo e descarte de nossos clientes (RENNER, 2016, p.8).

E salienta que o problema está no fim da cadeia de moda:

[na análise do ciclo de vida] concluímos com o estudo que, na pegada hídrica, idem à pegada de carbono, a etapa de uso da calça é a que gera maior impacto ambiental, podendo representar até 92% do total de consumo de água ao longo do ciclo de vida de uma calça jeans. Assim, uma pequena mudança de comportamento do consumidor final no uso do produto pode reduzir significativamente esse impacto. [Recomenda-se] o uso de 4 vezes [calça jeans] antes da lavagem e secagem (RENNER, 2016, p.30).

E como resposta ao dilema ambiental promove “a sensibilização e conscientização de nossos clientes e colaboradores sobre a sustentabilidade como forma de multiplicar nosso encantamento por uma moda ainda mais responsável” (RENNER, 2016, p.20), ou seja, as “ações” não estão no campo prático, além disso, são justificadas por meio da subjetividade (encantar), ou seja, aplica uma medida que gera uma abstração tendenciosa.

A minimização do impacto ambiental está apoiada tanto na ideia do tamanho “por sermos uma grande Companhia, com alcance a milhões de pessoas, temos grande potencial, responsabilidade e oportunidade de gerar desenvolvimento e bem-estar à sociedade” quanto na sua limitada concepção de eficiência, sobretudo energética:

nosso compromisso com a “ecoeficiência” se materializa em nossas lojas e sede administrativa (..) ambas construídas sob as premissas do LEED (Leadership in Energy and Environmental Design), sistema de certificação e orientação ambiental de edificações globalmente reconhecido (...), no retrofit de equipamentos resfriadores de água nos aparelhos de ar condicionado (..) [e] na continuidade da substituição de lâmpadas

fluorescentes, com exceção das lâmpadas T5, por LED, mais eficientes, reduzindo o consumo de energia e o volume de descartes (RENNER, 2016, pp. 26-27).

O tema das certificações é amplamente explorado pela Renner ao afirmar que “100% dos fornecedores nacionais de vestuário, calçados e acessórios são certificados pela ABVTEX (Associação Brasileira do Varejo Têxtil), que avalia a aderência dos fornecedores e seus contratados às boas práticas corporativas de responsabilidade social e meio ambiente.” (RENNER, 2016, p.19).

No entanto, não apresenta nenhuma informação sobre auditorias dos 36% dos seus fornecedores estrangeiros. Para além, a Renner afirma possuir 256 fornecedores certificados e 985 contratados de fornecedores certificados, revelando a complexidade de fiscalização das terceirizadas, que, por sua vez, quarterizam os trabalhos.

Já a gestão de resíduos sólidos está circunscrita a duas ações meramente pontuais, mas que repercutem do ponto de vista da promoção da sua imagem perante seu público-alvo. A primeira ação consiste em:

coletores na área de perfumaria das lojas da Renner. Clientes e colaboradores podem utilizar esse espaço para descartar embalagens e frascos de produtos de perfumaria e beleza, adquiridos ou não nas lojas. Os resíduos coletados são encaminhados para destinação final ambientalmente correta (RENNER, 2016, p.31).

Enquanto a outra, limitada a um curto espaço de tempo e lugar, mas com capacidade de mobilização e de influência junto à opinião pública é resumida como:

A fim de incentivar uma moda mais consciente, durante um mês, a loja BarraShopping Sul, da Renner, em Porto Alegre (RS), inovou com um projeto de upcycling. Sensibilizamos nossos clientes, por meio de uma Campanha, a entregarem suas roupas em desuso para direcioná-las a três organizações sociais locais apoiadas pelo Instituto Lojas Renner. (..) Durante a campanha, os clientes descartaram roupas usadas, limpas e em bom estado de conservação no coletor do EcoEstilo disponibilizado especialmente para este fim. As peças recolhidas foram destinadas às organizações apoiadas, lideradas por mulheres, que receberam uma capacitação em design de moda, com base no conceito de upcycling, por

uma estilista uruguaia, especialista no tema. As novas peças produzidas a partir das roupas coletadas, assim como os itens de decoração produzidos com as sobras dos tecidos, serão comercializados pelas organizações participantes, gerando valor ao resíduo gerado e renda às empreendedoras (RENNER, 2016, p.32).

Com relação aos trabalhadores, a Renner afirma que os problemas podem estar com seus parceiros comerciais e o cumprimento da lei é visto como uma ação benevolente e não como uma obrigação legal, revelando um descompasso com o compromisso formal assumido ao integrar o ISE do Novo Mercado da Bovespa, uma vez que este exige a adoção de práticas adicionais às estabelecidas pela legislação:

Na Lojas Renner S.A. temos trabalhado continua e intensamente para promover as devidas condições de trabalho, focando no desenvolvimento dos nossos colaboradores e no monitoramento do cumprimento da legislação trabalhista por nossos parceiros comerciais, visando mitigar riscos de qualquer ação considerada irregular. Esse tema é de profunda relevância para nossa sustentabilidade, pois acreditamos que as violações dos direitos trabalhistas causam profundos danos sociais e econômicos à sociedade e prejudicam a reputação dos negócios, setores econômicos e países (RENNER, 2016, p.8).

Desse modo, ao longo de todo documento, subverte-se a lógica da problemática ambiental através do raciocínio do crescimento como solução para o imbróglio:

nosso plano [é] de expansão de médio e longo prazo, [de] mitigar riscos e impactos negativos, assim como criar ciclos virtuosos de desenvolvimento de nossos recursos e capitais. Dessa forma, buscamos garantir uma atuação que leve aos nossos públicos a moda que gera valor a partir da preservação dos recursos e do encantamento de todos os elos de nossa cadeia de valor (RENNER, 2016,p.18).

3.2 LOJAS RIACHUELO

3.2.1 Apresentação da empresa

Em 1947, Nevaldo Rocha inaugura, em Natal (RN), sua primeira loja de roupas chamada A Capital. Quatro anos depois, em 1951, implanta, em Recife (PE), uma confecção e adquire alguns pontos de venda na cidade, o que permite distribuir e comercializar as peças de confecção própria (RIACHUELO, 2018).

Em 1956, Nevaldo Rocha e seu irmão Newton Rocha fundam a Guararapes em Recife (PE) e, em 1958, a matriz da empresa é transferida para Natal (RN), onde inauguram a primeira fábrica. A essa altura, outros dois irmãos, Nelson e Nilton Rocha se juntaram na empreitada. (RIACHUELO, 2018)

Na década de 1970, o capital da empresa é aberto e, em 1979, a Riachuelo e Wolens, rede de lojas de tecidos fundada em 1956 em Recife (PE) é comprada pelo Grupo Guararapes, passando a ofertar roupas prontas e consolidando a entrada da Guararapes no ramo de varejo. Para além, a Lojas Riachuelo torna-se a principal fonte de crescimento do grupo (RIACHUELO, 2018).

O início dos anos de 1980 assinala a entrada da segunda geração da família Rocha na gestão e administração do Grupo Guararapes. E, com o objetivo de acompanhar as principais tendências de moda, a Lojas Riachuelo investe em marcas próprias⁴² direcionadas a públicos específicos (RIACHUELO, 2018).

Além da Lojas Riachuelo, o Grupo Guararapes tem uma unidade fabril em Extremoz (RN), responsável pela produção de malharia e parte da camisaria e três fábricas em Fortaleza (CE)⁴³, as quais produzem tecido plano (sarja, camisaria e jeans). Também é proprietário do Shopping Midway, em Natal (RN), inaugurado em 2005, da Midway Financeira, constituída em 2008 e que se tornou a maior emissora de cartões de marca própria com quase 30 milhões de clientes do Cartão Riachuelo, da Transportadora Casa Verde (TCV), responsável pelo processo logístico e de três Centros de Distribuição localizados em Extremoz (RN), Guarulhos (SP) e Manaus (AM) (RIACHUELO, 2018).

A partir de 1993 a Riachuelo inicia sua adesão aos conceitos do *fast fashion* através do processo de reposicionamento de suas marcas próprias, reformulação da

42 Além da Pool, marca de maior sucesso da Riachuelo, Wolens, Anne Kanner, Laville, Omni e Use são algumas das marcas da empresa.

43 A quinta fábrica do Grupo Guararapes está instalada no Paraguai desde 2015.

sua identidade visual e, mais tarde, parcerias com estilistas e coleções exclusivas com grifes de luxo nacional e mesmo internacional (RIACHUELO, 2018).

Na virada do milênio, o Grupo Guararapes adotou a estratégia da verticalização de seu processo produtivo, contemplando desde a pesquisa, criação, desenvolvimento, distribuição e a gestão integrada da sua operação financeira. E, desde, 2008, 100% da produção (quase 200 mil peças ao dia) da Guararapes Confeções é voltada para Riachuelo (RIACHUELO, 2018).

Atualmente, a Lojas Riachuelo está presente em todas cinco regiões do país e comercializa moda feminina, masculina, infantil, moda casa, acessórios, calçados, produtos de beleza e celulares, além da operação de *e-commerce*. Tem como mercado-alvo os segmentos de renda C e D, uma vez que a renda média mensal de seus 29,5 milhões de clientes é de aproximadamente R\$1.899,00. É a segunda maior varejista de moda do país, somando 303 lojas e 38.331 mil funcionários e receita líquida consolidada em 2017 de R\$ 6,445 bilhões e lucro líquido consolidado de R\$ 570,3 milhões (Ver Tabela 1) (RIACHUELO, 2018).

Tabela 1 – Lucro líquido do Grupo Guararapes

Lucro líquido por Segmento	Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	2017		2016		2015	
	R\$ 000	%	R\$ 000	%	R\$ 000	%
Varejo	327.443	57,4%	59.372	18,7%	98.015	28,0%
Produtos e Serviços Financeiros	194.105	34,0%	210.109	66,2%	207.656	59,3%
Shopping Center	48.778	8,6%	48.070	15,1%	44.544	12,7%
Total	570.327	100,0%	317.551	100,0%	350.215	100,0%

Fonte: RIACHUELO, 2018

3.2.2 Fundamentos Corporativos

Segundo Cobra (1992), a ação das empresas deve preceder à sua comunicação. Sem uma ação que gere fatos não há o que compartilhar com seus públicos. Desse

modo, a Missão, Visão e Valores devem estar alinhados entre si e, assim, serem capazes de produzir políticas e padrões de comportamento. Caso contrário, trata-se, apenas, da transmissão de ideologias.

Assim, a Riachuelo (Ver Figura 4) divulga de forma insatisfatória seus fundamentos corporativos, os quais não são encontrados de forma intuitiva em seu *site* e documentos. Seu conteúdo privilegia uma imagem de alto desempenho econômico e centrada em valores passíveis de discussão⁴⁴.

Figura 4 – Missão, visão e valores da Riachuelo

Fonte: <http://ri.riachuelo.com.br/show.aspx?idCanal=TtMQ7W5PmtQYbdqDr6HfrQ>

44 Na atualidade, austeridade e meritocracia são cada vez mais questionáveis na arena política.

3.2.3 O discurso da sustentabilidade da Riachuelo

Anualmente, a Riachuelo publica o chamado “Formulário de Referência”⁴⁵, documento informativo da sua situação econômico-financeira, dos riscos intrínsecos do negócio e dos valores mobiliários emitidos⁴⁶, e que traz também o seu discurso da sustentabilidade e a associação de que os ganhos de eficiência são capazes de garantir a preservação do meio ambiente:

Sustentabilidade e responsabilidade são outros pilares presentes no modelo de negócio da Companhia. (...) A Companhia busca ganho de eficiência e competitividade priorizando o desenvolvimento e a confecção de seus produtos através de processos e matérias-primas favoráveis ao meio ambiente (GUARARAPES, 2018 p. 60).

Nesse documento, a empresa elenca os fatores que podem significar um entrave ao seu crescimento econômico:

A Companhia pode não ser capaz de manter o seu ritmo de crescimento, caso seja afetada por algum dos seguintes fatores: (i) capacidade de responder às novas tendências de consumo e da moda em tempo hábil; (ii) capacidade de atrair e manter clientes; (iii) crescimento econômico das áreas onde a Companhia possui lojas; (iv) mudanças nas políticas de crédito; (v) concorrência, principalmente do mercado informal e de produtos importados, em especial da China; e (vi) variações climáticas (RIACHUELO, 2018, p. 20).

E, acrescenta:

Períodos prolongados de temperaturas mais altas durante o inverno ou mais frias durante o verão podem deixar uma parte de seu estoque incompatível com tais condições inesperadas. Desta forma, períodos de clima alterado podem compelir a Companhia vender o excesso de seus estoques por preços descontados, reduzindo assim suas margens, o que pode afetar adversamente os seus negócios (RIACHUELO, 2018, p. 21).

45 O Formulário de Referência de 2018 foi publicado em maio de 2018, apresentando os resultados obtidos de 2017. Disponível em: <[file:///C:/Users/WIN70112/Downloads/GUAR_FRE_2018_vf%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/WIN70112/Downloads/GUAR_FRE_2018_vf%20(2).pdf)>.

46 Valor mobiliário é o investimento oferecido ao público, sobre o qual o investidor não tem controle direto, cuja aplicação é feita em dinheiro, bens ou serviço, na expectativa de lucro, não sendo necessária a emissão do título para a materialização da relação obrigacional. O investimento é feito ou a nível associativo, a título de empréstimos, ou como aplicação especulativa pura (MATTOS FILHO, 1985).

Verifica-se que a lógica do crescimento norteia o documento (“abrir novas lojas”, “aumentar as vendas das lojas existentes”). As determinantes econômicas sobrepõem-se às justificativas ambientais. A problemática das variações climáticas é tratada do ponto de vista do gerenciamento de estoques e não como pressão ambiental.

Ao tratar sobre o meio ambiente, no item “as questões socioambientais”, a empresa apresenta um entendimento pautado na sua imagem e reputação:

A Companhia confecciona parte das mercadorias que comercializa e utiliza produtos químicos para produção, os quais estão presentes no processo de beneficiamento da malha nas etapas de tingimento, estamparia e acabamento. A manipulação, transporte, tratamento e descarte das substâncias químicas estão sujeitas ao cumprimento da legislação ambiental e o uso de substâncias químicas em peças de vestuário é orientado por regulações nacionais e internacionais. Caso a Companhia descumpra com tais regulamentação e/ou utilize substâncias proibidas e nocivas poderá ter um impacto adverso em seus resultados operacionais e em sua imagem (RIACHUELO, 2018, p. 26).

Além disso, desde 2013, a Riachuelo tem um escritório em Xangai, na China, onde compra tecidos plano e malha. No entanto, a China é reconhecida pelo baixo controle ambiental, especialmente pelo uso de substâncias químicas proibidas em países desenvolvidos e pelo descarte de resíduos sem nenhum tratamento prévio no meio ambiente.

E continua:

O Grupo Guararapes tem preocupação constante com sua responsabilidade junto ao meio ambiente, garantindo a obtenção regular de todas as licenças necessárias e exigidas pelos órgãos responsáveis e realizando diversas ações voluntárias em prol do meio ambiente. [...] o Grupo Guararapes tem como premissas básicas: o atendimento aos requisitos legais aplicáveis as suas atividades; o uso racional dos recursos naturais, utilizando os preceitos de reaproveitamento e reciclagem; a gestão de geração de resíduos e o descarte adequado dos mesmos; e a contribuição para o combate às mudanças climáticas com ações que visem a redução das emissões de gases de efeito estufa (RIACHUELO, 2018, p. 73).

Desse modo, descrição mais detalhada de suas medidas é:

Nas fábricas localizadas em Natal (RN), a água utilizada nos processos de tingimento das peças é tratada antes do seu retorno ao meio ambiente, eliminando todos os componentes químicos prejudiciais. A fábrica em Fortaleza (CE) possui uma pequena estação de tratamento de água, que prepara a água para sua reutilização em novos processos de tingimento das peças. As sacolas distribuídas nas lojas são oxibiodegradáveis. Essas sacolas têm como diferencial a decomposição em três meses, se expostas ao sol e calor ou em até 18 meses caso acondicionada fora dessas condições, períodos muito menores quando comparados ao tempo de decomposição de uma sacola comum (GUARARAPES, 2018, p.73).

Nesse caso, o artifício de discursar em prol da sustentabilidade serve para escamotear a escassez de um recurso natural fundamental e cada vez mais escasso e caro, sobretudo no Nordeste brasileiro, onde a oferta da água é historicamente problemática:

Na lavanderia industrial da fábrica de Fortaleza utilizamos processos mais sustentáveis e eficientes, como ozônio, laser e nebulizações. Esses processos contribuem para a preservação do meio ambiente na redução em até 20 vezes a utilização de água, além da diminuição do uso de produtos químicos e a geração de efluentes. Possuímos duas estações de tratamento de esgoto. A primeira é responsável pelo tratamento biológico de águas oriundas dos banheiros e restaurante, com reaproveitamento de 100% da água que é reutilizada na Lavadeira. A segunda estação é de tratamento químico de efluente de água originária da Lavanderia, com 70% de aproveitamento, dos quais 5% vão para os sanitários, 10% para os jardins e o restante retorna para uso da própria Lavanderia (RIACHUELO, 2018, p.73).

Com relação ao uso de sacolas oxibiodegradáveis, oferece-se uma solução paliativa, já que pesquisas (SANTOS *et al.*, 2012) apontam que o plástico oxibiodegradável, decomposto em carbono e água pelos microrganismos presentes no solo, os quais não são capazes de eliminar totalmente os fragmentos de plástico, que acabam sendo escoados para rios, lagos e mares, entrando finalmente na cadeia alimentar.

Infere-se que há uma escolha pelas ações de maior impacto sob a ótica do *marketing*. Explorar que uma sacola convencional demora para se decompor em 400

anos enquanto a oxibiodegradável, 18 meses (SANTOS *et al.*, *idem*) tem forte apelo perante seus públicos.

E, embora a Riachuelo não possua um código formal de regulamentação das práticas de governança corporativa, adota as boas práticas recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), empenhando-se:

[no] equilíbrio entre os aspectos econômicos, ambientais e sociais e a interação entre os diversos níveis de relacionamento com os *stakeholders* são determinantes para o alcance dos resultados esperados e a perenidade da Companhia (RIACHUELO, 2018. p.141).

Desse modo, o modelo do *triple bottom line* é utilizado para comunicar seu desempenho. No entanto, nas 212 páginas do Formulário de Referência, o pilar ambiental é tratado em menos de duas páginas. O termo meio ambiente é citado cinco vezes e sustentabilidade é mencionada duas vezes enquanto a palavra crescimento é repetida 33 vezes e lucro, 98 vezes.

Apesar do anúncio da sustentabilidade, a Riachuelo é praticamente voltada para a questão econômica, apresentando uma linguagem direcionada para atender às expectativas de acionistas e investidores. O mesmo repete-se em seu Código de Ética, no qual afirma que “desenvolve suas atividades sempre com o intuito de reduzir ao máximo os impactos ambientais. Constantemente reavalia e implanta procedimentos que otimizem o uso de energia elétrica, água, reciclagens e outros” (RIACHUELO, 2018).

O discurso evasivo também persiste no *site* da empresa. As informações encontram-se dispersas e pouco detalhadas. A navegabilidade é prejudicada pelo excesso de páginas, dificultando encontrar o conteúdo acerca da sustentabilidade. Os URLs⁴⁷ são mal estruturados (por exemplo, o endereço do Código de ética é: <http://ri.riachuelo.com.br/show.aspx?idCanal=zLLH39xFm8zZZFDfqH4SRQ>), a usabilidade, isto é, a facilidade do usuário atingir seu objetivo não é satisfatória para

47 URL (Uniform Resource Locator), em português é conhecido por Localizador Padrão de Recursos.

o tema pesquisado neste trabalho, além do tamanho diminuto e a cor clara da fonte, os quais dificultam a leitura. Em compensação, a identidade visual, o *layout* da interface e o tratamento de imagens são apurados tanto no aspecto comercial como de comunicação com *stakeholders*.

No que diz respeito aos resíduos, oferece uma visão limitada da logística reversa, ao anunciar que, desde 2017, nas lojas do estado de São Paulo, recicla papel e plástico. “Toda a operação do Programa tem como base o conceito de Logística Reversa. Após o reabastecimento das lojas com produtos Riachuelo, os caminhões retornam ao Centro de Distribuição (CD) com os resíduos recicláveis gerados por estas lojas” (RIACHUELO, 2018).

Já nas fábricas:

o processo de reciclagem de tecidos é fundamental para a preservação ambiental em grande escala, além de promover a inclusão social. As fábricas Guararapes vendem as aparas têxteis para empresas que desfibrilam, que utilizam este material para fabricar redes, toalhas, panos de prato, mantas, estopas, forro para colchão, estofamento e retalho para a produção de tapetes. Com esses processos, os resíduos têxteis se transformam em insumos para a fabricação de novos produtos. Importante: todas as empresas parceiras que comprem os resíduos têxteis possuem licença ambiental dos órgãos ambientais responsáveis (RIACHUELO, 2018).

No entanto, não é a Riachuelo propriamente que realiza a reciclagem, mas terceiros. A empresa apenas faz proveito do discurso da sustentabilidade e ainda lucra ao vender aparas têxteis. Dessa forma, explora ações pontuais, as quais dentro de um contexto maior de geração de resíduos não são tão críticas. Assim, esquivase de discussões centrais como do uso da água e a do resíduo industrial, enfatizando ações secundárias.

Além disso, afirma reutilizar “móveis e acessórios de Visual Merchandising. Isto é, materiais que serão inutilizados, podem ser anunciados para que uma outra loja da rede, possam reaproveitá-los” (RIACHUELO, 2018), o que é desde sempre uma prática comum no varejo e muito mais ligada à economia nos gastos que de cunho ambiental.

Quanto ao entendimento da empresa sobre eficiência energética, há uma explicação evasiva, que não esclarece a fonte nem seu percentual de utilização:

No Mercado Livre, a energia contratada pode ser convencional, principalmente de hidrelétricas ou incentivada, provenientes de PCH (Pequenas Centrais Hidroelétricas), Biomassa, Eólica e Solar. O Grupo Guararapes tem atualmente as suas fábricas de Natal e Fortaleza, e o *Shopping Center Midway Mall* no Mercado Livre. O grupo possui 155 lojas abastecidas com 100% de energia incentivada, com isso garante que suas operações sejam realizadas por meio de energias de fontes renováveis. (RIACHUELO, 2018)

Ainda na questão da eficiência energética, interpreta medidas superficiais como relevantes para poupar recursos, caso do uso de lâmpadas de LED⁴⁸:

Hoje 101 lojas da rede possuem iluminação em LED em suas instalações. A economia de energia gerada fica entre 50% a 60% quando comparado a tecnologias tradicionais, além de sua vida útil ser mais longa que as demais lâmpadas, podendo durar até 15 vezes mais que as incandescentes e 5 vezes mais que as fluorescentes (RIACHUELO, 2018).

4 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS EMPRESAS

4.1 DANOS E COMPENSAÇÕES

Embora o Brasil não tenha até o momento obrigatoriedade no cumprimento de metas de redução das emissões de GEE, as empresas analisadas exploram com frequência as questões concernentes ao tema. É provável que o recorrente discurso de apoio aos mecanismos de redução possua um teor demagógico. Nesse sentido, o sistema de compensação ambiental divulgado, por exemplo, pela Renner,⁴⁹ pode ser visto como promoção da boa imagem da empresa.

48 Sigla inglesa para *light emitting diode* (diodo emissor de luz).

49 Ver sobre projeto de reflorestamento REDD+ Jacundá em item Emissões em RENNER, 2016, p.28.

O discurso da sustentabilidade das empresas analisadas empenha-se em transmitir a ideia de que o dano ambiental não é inerente ao processo produtivo, mas está no campo das decisões dos *stakeholders*. Assim, ao optarem supostamente por assumir os custos ambientais de suas operações, as empresas promovem a sensação de que as externalidades não são intrínsecas, mas perfeitamente superadas pela boa vontade de seus acionistas e seus programas de sustentabilidade, o que legitima a elevação dos preços dos produtos finais.

A noção de compensação ambiental é amplamente disseminada pelas duas empresas, notadamente na forma de contrapartidas com vistas a minimizar os impactos negativos causados. Em seus discursos, o dano negativo é simplesmente compensado por uma ação positiva de reparo, transmitindo a sensação de sua reversibilidade e de confiança na capacidade de resiliência do meio ambiente.

O reflorestamento é o sistema de compensação ambiental mais aplicado (e, por esse motivo, divulgado) pelas empresas. Porém, essa estratégia não está imune a críticas, entre elas, que o plantio de árvores tem capacidade limitada de absorção do carbono quando comparada às emissões de origem fóssil, que é constante e com efeitos duradouros sobre a temperatura (aquecimento global).

4.2 VIDA ÚTIL DOS PRODUTOS

“A Companhia está inserida no segmento de varejo de moda, onde o ciclo de vida dos produtos é extremamente curto” (RIACHUELO, 2018, p. 105). Conforme tal denominação do negócio como *fast fashion*, configura-se uma rápida substituição de modelos, a busca constante pelo novo e o apelo da novidade. Assim, a conciliação com uma racionalidade discordante e centrada em aspectos como a durabilidade e vida útil prolongada dos produtos tende a estimular um discurso de fachada sobre a sustentabilidade.

Embora a incorporação de processos produtivos mais eficientes permita, até certo ponto, a economia de recursos, por outro lado, concorre com a rápida depreciação

dos artigos de moda, estes, cada vez mais diversificados em seus modelos, cores, materiais, acabamentos, etc., e produzidos de modo cada vez mais acelerado. Daí, a inferência de que o discurso da sustentabilidade é instrumento de legitimação da perpetuação da produção de supérfluos como uma necessidade real. Contrariamente ao esperado, tal discurso promove o aumento do consumo de produtos *eco-friendly* na mesma escala e intensidade dos produtos convencionais.

4.3 DOAÇÃO

O aspecto social do *triple bottom line* das empresas analisadas está frequentemente associado à caridade e/ou filantropia⁵⁰. A doação de roupas, por exemplo, assume feições dúbias, primeiro porque, em muitos casos, é feita pelos clientes das empresas analisadas⁵¹. Em segundo lugar, a doação realizada propriamente pelas duas empresas carece de informações do montante de peças doadas comparativamente àquelas que são destruídas, já que, na lógica de mercado é preferível destruir o excedente da produção (medida, muitas vezes, menos antieconômica)⁵² a oferecer-lhe um destino beneficente. Isso porque, especialmente no campo da moda, a reputação das marcas está associada a públicos específicos e essa construção de imagem deve ser mantida. Em muitos casos, a preservação dos

50 Vale lembrar que muitas das ações sociais das empresas recebem incentivos fiscais do Estado, isto é, parte do dinheiro dos impostos é redirecionado para ações sociais. Esse modelo é passível de críticas, uma vez que concentra o poder de decisão nas mãos do departamento de *marketing* das empresas patrocinadoras, privilegiando iniciativas com maior potencial de visibilidade, como é o caso do projeto Empoderando Mulheres Refugiadas da Renner. Desse modo, a empresa explora o problema crescente das imigrações internacionais para construção de uma imagem ligada à responsabilidade social ao oferecer curso de costura. Segundo o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), o Brasil recebeu até o final de 2017, 10.145 refugiados, desse total, menos de 30% são mulheres. Outra crítica, não menos importante, é de como as leis de incentivo beneficiam muito mais as empresas e seus intermediários que propriamente os projetos que apoiam, uma vez que falhas na lei permitem superfaturar projetos. Ver caso da Lei Rouanet em <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/29/cultura/1467151863_473583.html>.

51 Ver sobre o Projeto Upcycling em RENNER, 2016, p.32.

52 Ver MORRIS, Ben. Burberry burns bags, clothes and perfume worth millions. BBC News, 19 jul. 2018. Disponível em <<https://www.bbc.co.uk/news/business-44885983>>. Acesso: 17 ago. 2018.

direitos da marca envolve a eliminação do logotipo e outros elementos de identificação, o que é uma operação que necessita de recursos⁵³.

Ademais, por falta de números precisos, é possível que o montante das doações seja irrisório, uma vez que a ajuda pode significar um entrave à expansão do mercado. Desse modo, as doações cumprem muito mais questões de interesses que emocionais⁵⁴.

4.4 CÓPIA, IMITAÇÃO E PLÁGIO

Como é sabido, o modelo de negócio do *fast fashion* baseia-se, por excelência, na rápida cópia dos modelos da passarela para as araras das lojas. A Renner, por exemplo, foi acusada de copiar integralmente o desenho de uma ilustradora em suas estampas de coleção, enfrentou processo da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e foi condenada pelo Supremo Tribunal de Justiça (STJ) pela similaridade gráfica e sonora da antiga marca fornecedora (Corpelle) com sua nova marca própria (Cortelle)⁵⁵.

A Riachuelo, por sua vez, foi acusada de uma série de plágios de ilustrações de artistas nacionais, como o cartunista Orlandeli⁵⁶ e internacionais⁵⁷. Até mesmo o

53 Na Espanha, uma ONG foi obrigada a apagar o logotipo das roupas para doação. Ver PRECEDO, José. Falsa roupa de marca será dada a pobres, por decisão judicial. El País, 26 dez. 2014. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/26/internacional/1419622982_300508.html>. Acesso: 12 jul. 2018

54 Para mais informações, ver KUBANIA, Jacqueline. How second-hand clothing donations are creating a dilemma for Kenya. The Guardian, 6 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2015/jul/06/second-hand-clothing-donations-kenya>>. Acesso: 12 jul. 2018.

55 Para mais detalhes ver <<https://oglobo.globo.com/economia/stj-proibe-renner-de-vender-linha-de-produtos-cortelle-11880200>>. Acesso: Jul. 2018.

56 Ver entrevista com o cartunista sobre o caso. Disponível em: <<https://medium.com/revista-bravo/n%C3%A3o-fa%C3%A7o-desenhos-conto-hist%C3%B3rias-fee2d0c0e0c1>>.

conceito do videoclipe *Her Morning Elegance*⁵⁸ (2009) do músico israelense Oren Lavie foi copiado pela Riachuelo em seu comercial.

Os problemas enfrentados no campo criativo revelam a apropriação fragmentada do discurso da sustentabilidade. Variáveis e temas menos relevantes são relegados a um segundo plano. Além disso, as apropriações indevidas suscitam discussões éticas, já que as empresas são condutoras do padrão de comportamento humano.

4.5 FINANCEIRA

Embora Riachuelo e Renner destaquem-se no cenário do varejo de moda, parte substancial de seus lucros provém das operações financeiras, isto é, dos juros cobrados pelas dívidas de seus respectivos cartões de créditos oferecidos em suas lojas⁵⁹. A Midway (Riachuelo) afirma que:

[...] o cartão Riachuelo representa parcela significativa das vendas da Companhia. Os clientes que usam o cartão Riachuelo para efetuar suas compras através do plano de pagamento em até 5 vezes sem juros (RIACHUELO, 2018).

Enquanto a Renner anuncia "em 2016, o resultado de produtos financeiros apresentou crescimento de 20,6% (...) o lucro líquido de 2016 foi de R\$ 625,1 milhões, crescimento de 8,0% no ano"⁶⁰ (RENNER, 2016, pp. 8-9).

No entanto, ao mesmo tempo em que ambas cobram elevadas taxas de juros dos seus clientes, provocando até mesmo o endividamento, beneficiam-se dos

57 É o caso da ilustração de Dita von Teese para a *fast fashion* H&M na campanha *Fashion Against Aids*.

58 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2_HXUhShhmY>.

59 A Renner envolveu-se em disputa judicial com o Banco A. J. Renner pelo uso do nome do negócio para atividades financeiras (crédito pessoal e títulos de capitalização). Ver mais informações em Beatriz Olivon. STJ nega pedido da Renner para uso da marca em serviços financeiros. Valor Econômico, 13 set. 2017. Disponível em <<http://www.valor.com.br/legislacao/5116726/stj-nega-pedido-da-renner-para-uso-da-marca-em-servicos-financeiros>>. Acesso: Jul. 2018.

empréstimos ofertados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)⁶¹ a juros abaixo dos praticados no mercado⁶². Para Daly (2005), essa lógica está em desacordo com o conceito de sustentabilidade já que:

[e]m uma economia sustentável, a ausência de crescimento muito provavelmente faria os juros caírem. É possível que o setor financeiro encolhesse, porque juros e taxas de crescimento baixos não poderiam sustentar a enorme superestrutura de transações financeiras — baseada sobretudo em endividamento e expectativas de crescimento econômico futuro — apoiada precariamente sobre a economia física. Numa economia sustentável, investimentos seriam feitos principalmente para substituição e melhoria qualitativa (não para especulação sobre a expansão quantitativa) e ocorreriam com menos frequência (DALY, 2005).

4.6 IMPOSTOS

O chamado Custo Brasil⁶³ é frequentemente citado como um dos obstáculos do crescimento econômico. Segundo essa lógica, a alta tributação e o preço elevado da energia elétrica encarecem em demasia a produção, o que desestimula o setor

60 Até o final de 2016, o cartão *private label* alcançou 27,4 milhões de emissões, representando 48,2% das vendas e somou uma carteira de crédito de R\$ 1,3 bilhão enquanto o cartão *co-branded* com 2,7 milhões de cartões emitidos e carteira de crédito de R\$ 529,5 milhões. Os serviços de empréstimo pessoal possuem carteira de crédito de R\$ 144,6 milhões (RENNER, 2016, p.15).

61 O CEO da Riachuelo, Flávio Rocha, lançou, inclusive, um manifesto chamado Brasil 200 anos, um movimento que se autodefine como apartidário da sociedade civil com vistas a oferecer propostas à classe política nacional e que reflete “o pensamento majoritário da população e não de grupos de pressão que lutam por privilégios privados às custas do bem público (...) [um movimento que tire] as amarras do espírito empreendedor dos brasileiros que trabalham e querem trabalhar” (MANIFESTO BRASIL 200, 2018). Nele, o empresário defende o Estado mínimo e a livre concorrência, mesmo tendo recebido cerca de R\$ 1,4 bilhão em financiamento do BNDES a juros abaixo do mercado durante o período de 2009 a 2016. Além disso, o referido movimento supõe que a mentalidade do empresariado brasileiro corresponde ao pensamento da maioria da população trabalhadora e pobre (ideologia). Em segundo lugar, nega a sua atuação como grupo de pressão, mas que o é, e, desde sempre, apoia-se no bem público para garantir seus lucros privados (lógica do capitalismo). Por fim, exalta uma suposta vocação empreendedora dos brasileiros, a qual serve para dissimular a predileção pela meritocracia no lugar das políticas sociais do Estado.

62 [...] conquistamos a contratação de uma operação de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para projetos de desenvolvimento de fornecedores nacionais de produtos comercializados em nossas lojas físicas e virtuais. Ao todo, o empréstimo prevê a destinação de R\$ 32,2 milhões a essas empresas para expansão de sua capacidade produtiva, modernização de seus parques fabris e capacitação de suas cadeias (RENNER, 2016, p.21).

produtivo. Assim, as empresas alegam dificuldades de implantar projetos sustentáveis, pois, atribuem à oneração da folha de pagamento e da bitributação do Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza (ISS) e do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) como entraves para ações de cunho socioambiental.

Contudo, a Riachuelo, no item “Descrição dos fatores de risco” salienta que seu negócio

goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na comercialização de produtos de sua fabricação nas unidades fabris localizadas em Natal e Fortaleza. Esses incentivos, concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, consistem na isenção ou redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados em cada unidade fabril, até o ano-base de 2026. Além disso, a Companhia possui também incentivo fiscal no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará — FDI — concedido até agosto do ano 2023, correspondente a financiamento equivalente a 75% do ICMS devido, corrigido pela TJLP, e amortização com desconto de 99% após carência de 1 mês. Adicionalmente, a Companhia é beneficiária de incentivos no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte — PROADI, concedidos até maio de 2019, sob a forma de financiamentos equivalentes a 75% do valor do ICMS. Os financiamentos estão sujeitos a juros de 3% a.a. e a atualização monetária com base na variação da TR. A amortização das parcelas ocorrerá com desconto de 99% do valor atualizado, após carência de 2 meses. A perda de tais incentivos fiscais ou a dificuldade da Companhia em obter a renovação destes, poderá afetar negativamente os seus resultados (GUARARAPES, 2018, pp 20-21).

Daly (2005) sugere que o alvo dos impostos deva ser deslocado:

em vez de taxar a renda auferida por trabalhadores e empresas (o valor adicionado), tributaria o fluxo produtivo (aquele ao qual é adicionado valor), de preferência no ponto em que os recursos são apropriados da biosfera, o ponto de "extração" da Natureza. [...] Esse tipo induz um uso mais eficiente

63 O "Custo Brasil" manifesta-se em "distorções do nosso sistema tributário, que impõe uma carga tributária desigual, com sobretaxação do setor industrial, redundando em uma inaceitável tributação sobre as exportações e sobre os investimentos e implica altos custos administrativos. Está também na legislação trabalhista, dado o excesso e a rigidez de nossos encargos e na precariedade dos nossos sistemas de educação e de saúde. Está na obsolescência da infraestrutura de transportes, nos elevados custos portuários, na rápida deterioração das telecomunicações e no estrangulamento do sistema energético. Está presente, também, no elevado custo de financiamento que caracteriza a economia brasileira há muitos anos. Está, por fim, nos custos de transação elevados associados a um nível de regulamentação da atividade econômica excessivo e oneroso" (CNI, 1995, p. 2).

dos recursos, tanto na produção como no consumo, e tem monitoração e cobrança relativamente fáceis. Parece razoável taxar o que queremos evitar (esgotamento de recursos e poluição) e deixar de taxar o que mais queremos (renda) (DALY, 2005).

4.7 LOGÍSTICA

Em seus discursos, Renner e Riachuelo trabalham o setor da produção em concordância com o meio ambiente em detrimento aos demais elos que compõem a cadeia de moda. É provável que as empresas se aproveitem da assimetria de informação existente nessa etapa produtiva para discursarem em prol da sustentabilidade.

A questão da logística de distribuição, fator de suma importância na lógica do *fast fashion*, já que garante o abastecimento das lojas com novos modelos semanalmente, é pouco contemplada pelo discurso da sustentabilidade. Isso porque, o sistema rodoviário de distribuição, fundamental para a ligação da produção com o distante mercado consumidor é bastante poluente.

Desse modo, os investimentos em logística, vistos como sinônimos de agilidade e eficiência, já que “oferecem ao cliente o produto que ele quer, no momento que ele quer, dando mais precisão à loja para reduzir a ruptura, ampliar a satisfação, ganhar eficiência ao evitar transferência de produtos entre lojas e minimizar as remarcações dos produtos” (RENNER, 2016, p.17), acabam aumentando as emissões de GEE, as quais são mitigadas por um discurso vago: “nesse ano [2016], pela primeira vez, neutralizamos 100% das emissões divulgadas de GEE” (RENNER, 2016, p.5). No entanto, não há informações quantitativas sobre emissões divulgadas nem mesmo a porcentagem que estas representam em relação às emissões não divulgadas.

4.8 TRABALHADORES

Ambas as empresas ressaltam os benefícios da sustentabilidade não só para seus públicos externos, mas também para seu quadro de funcionários. A divisão

internacional do trabalho, a terceirização e a automação do trabalho são vistas como ações positivas rumo à sustentabilidade, o que revela uma forte incongruência. Na verdade, tais estratégias buscam diminuir despesas e, assim, aumentar os lucros proporcionados aos acionistas.

Segundo a Riachuelo (2018), assegura-se que

devido a grande pulverização e terceirização da cadeia de produção dos fornecedores, a Companhia não tem controle sobre suas operações e eventuais irregularidades, sendo assim, não se pode garantir que alguns desses fornecedores venham apresentar problemas com questões trabalhistas ou relacionadas à questões ambientais e de sustentabilidade, quarteirização da cadeia de produção e condições impróprias de segurança ou que venham a utilizar essas irregularidades para terem um custo menor de seus produtos (RIACHUELO, 2018, p. 24).

Já em outro trecho do documento, ela assume uma responsabilidade diferente:

Com relação a questões sociais e trabalhistas, a área de Relacionamento com Fornecedores da Companhia é responsável por auditar todos os fornecedores da Companhia e exigir que tenham a Certificação e a Qualificação da ABVTEX⁶⁴. Dessa forma, é possível garantir que não serão estabelecidas relações comerciais com fornecedores que se utilizem de trabalho infantil ou análogo ao escravo (RIACHUELO, 2018, p. 45).

Ademais,

A Companhia conta com mais de 700 fornecedores entre nacionais e internacionais. Os critérios de escolhas dos fornecedores levam em conta: preço, qualidade, prazo de entrega e a sua situação financeira, não havendo dependência de fornecedores específicos (RIACHUELO, 2018, p. 71).

No entanto, em 2016, o Tribunal Superior de Trabalho (TST) condenou a Riachuelo:

ao pagamento de R\$ 10 mil e pensão mensal a uma costureira que teve sua capacidade laboral diminuída devido à jornada exaustiva de trabalho exigida pela empresa. (...) [A costureira] era pressionada a produzir cerca de mil

64 Associação Brasileira do Varejo Têxtil. Essa certificação enfrenta diversas lacunas: na representação das partes interessadas que se restringe às empresas varejistas, distanciando-se das estruturas de governança que pressupõem uma representação diversificada; na definição de poucos requisitos ambientais - apenas geração de resíduos sólidos - e na limitação da auditoria à verificação da conformidade legal, revelando dificuldades na autorregulação voluntária privada como representação de um instrumento efetivo na adoção de boas práticas alinhadas à sustentabilidade (MORO; PAULINO, 2017).

peças de bainha por jornada, colocar elástico em 500 calças ou 300 bolsos por hora, tarefa que exigia a repetição contínua de movimentos e altos níveis de produção⁶⁵ (TST, 2016).

A disposição da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT), entidade representativa do setor está em consonância com as duas empresas analisadas. Em seu último documento de dezembro de 2017, enfatiza a Reforma da Previdência como medida positiva para o ano de 2018, o que desobrigaria diversos compromissos fiscais dos patrões com seus empregados, o que supostamente geraria mais investimentos (ABIT, 2017).

Assim, do ponto de vista marxista, o discurso da sustentabilidade não contempla seus produtores (trabalhadores), já que a apropriação do excedente do resultado do trabalho de seus empregados é cada vez mais indispensável para a manutenção da empreitada capitalista.

4.9 INSTITUIÇÕES

Percebe-se no discurso das empresas uma disposição para o enfrentamento da questão ambiental alheia à configuração institucional brasileira. Assim, a disposição das empresas operaria independente das condições institucionais externas nas quais atuam, o que, a rigor, demonstra que o discurso da sustentabilidade que promovem não se conecta verdadeiramente com o seu meio.

Transmite a ideia de que a implantação da sustentabilidade está ligada à boa vontade das empresas e, por conseguinte, às escolhas de compra dos seus consumidores. No fundo, entende que o livre mercado possa, inclusive, balizar o desenvolvimento sustentável. Porém, no máximo, as empresas podem alocar de forma ótima os recursos escassos, mas não são capazes de determinar isoladamente a escala sustentável, o que é papel dos governos (DALY, 2005).

65 Processo RR-66600-86.2011.5.21.0008.

O discurso da Renner e Riachuelo firma-se na ideia do Estado mínimo como estratégia de controle da economia e, posteriormente, da agenda política. É a defesa delirante do crescimento a todo o custo e, assim, da associação dos lucros com a proteção ambiental.

Nas palavras do CEO da Riachuelo:

é o capitalismo democrático que gera prosperidade porque liberta o espírito gerador de riqueza natural do ser humano (...). Encerramos um triste ciclo de mais uma tentativa de usar o Estado como indutor do desenvolvimento, que no mundo todo só gerou empobrecimento e desemprego. E há condições para uma virada de página em direção a um modelo pautado pelo binômio democracia e livre mercado, que é como se consegue a prosperidade (BBC, 2016).

E, de modo contraditório, o Formulário de Referência da empresa afirma explicitamente que o aumento do poder de compra via programas sociais é importante para os negócios da empresa:

A melhora do cenário macroeconômico verificado no decorrer dos últimos anos aumentou o poder de compra de uma parcela significativa da população que também passou a ser beneficiada por programas sociais desenvolvidos pelo governo, principalmente nas regiões Nordeste e Norte, onde a Companhia possui um forte apelo de marca (RIACHUELO, 2018, p.70).

Em síntese, a adesão ao discurso da sustentabilidade mantém a centralidade da atuação das empresas, as quais não estão interessadas em salvar o planeta, mas de se salvarem, primeiramente.

4.10 PREÇO

Comumente, os produtos sustentáveis apresentam preços mais elevados que seus similares tradicionais. Para Daly (2005), o comércio de produtos sustentáveis tem pouca chance de sucesso no livre mercado, uma vez que os produtos tradicionais oferecem melhores preços por desconsiderarem os custos ambientais.

Além disso, Crespo (2008 *apud* Silva, 2011) evidencia que o quesito da

sustentabilidade não é o fator predominante na decisão de compra do perfil de consumidores atendido pelas duas empresas analisadas, e, nem mesmo de um público de maior renda⁶⁶:

independentemente da classe social, da escolaridade, da cor, do sexo e da religião, os brasileiros consideram o meio ambiente como sinônimo de fauna e flora [...] Quando pensam em "meio ambiente" deixam de fora deste imaginário qualquer coisa que se relaciona aos seres humanos e às suas criações [...] O enfrentamento de problemas ambientais não é prioridade para os brasileiros [...] Para nossa população, problemas como o desemprego, violência, carências de saúde e educação são prioridades (CRESPO, 2008, p.71 *apud* SILVA, 2011, p.62).

Fatores como custo-benefício e de apelo estético persistem como determinantes da compra. Além disso, consumir produtos sustentáveis, especialmente para as classes menos favorecidas, significa comprometer uma parcela significativa de suas rendas. Desse modo, as empresas estão interessadas apenas na obtenção de suas licenças de operação, isto é, da legitimação de suas ações para prosperarem seus negócios.

4.11 INVESTIMENTOS

É subjacente ao discurso das empresas a ideia de que os investimentos realizados no âmbito da sustentabilidade são uma iniciativa puramente autônoma e independentes do estado de coisas.

As empresas esquivam-se do fato de que o dinamismo do mercado interno depende muito mais do investimento público (o qual tem um forte efeito multiplicador) e atribuem ao seu comprometimento individual como responsável pelo sucesso de sua performance. Além de presumirem que os investimentos vêm exclusivamente da lucratividade:

66 Qual seria o sentido do público-alvo das duas empresas, composto majoritariamente pelas classes C e D, pagar mais caro pelo produto sustentável, sabendo-se que, muitos deles têm *bullshit jobs* (termo criado por David Graeber para denotar os subempregos) e vivem em áreas degradadas e poluídas da cidade? A título de exemplo, apenas 55,2% dos municípios possuem coleta de esgoto no Brasil (IBGE/PNAD, 2017).

É a ideia de que se você ficar concedendo uma série de incentivos à lucratividade dos empresários eles irão responder investindo. Mas eles só irão investir se a economia estiver bem, com demanda. E se ela estiver bem, o lucro deles irá aumentar sem que você precise ficar fazendo esse tipo de incentivo (Carvalho, 2018b).

Além disso, imputam às taxas de produção como parte substancial do entrave ao seu crescimento e omitem que os impostos de consumo afetam sobremaneira os mais pobres, sem dizer que, no Brasil, os lucros e dividendos dos mais ricos não sofrem taxaço, sendo a camada social que menos paga imposto de renda. Assim, o caráter desigual da tributação configura, em última análise, uma transferência de riqueza dos mais pobres aos mais ricos (Carvalho, 2018a).

A teoria do gotejamento (*trickle down economics*), caracterizada pela distribuição de riqueza de cima para baixo, motiva o discurso das empresas de moda em questão. Essa mentalidade associa crescimento econômico com riqueza, no caso, patrimônio acumulado pelos mais ricos, os quais estão aptos a investir, já que possuem maiores e melhores recursos e, assim, fazem “girar a roda da economia”, oferecendo preços mais baixos e promovendo mais consumo.

No fundo, o discurso da sustentabilidade é uma estratégia que permite o aumento do capital das empresas, mas sem gerar propriamente investimentos consistentes no campo do desenvolvimento sustentável. Esse discurso é ditado pelo intocado topo da pirâmide social brasileira e assume contornos ideológicos, já que busca tornar-se uma verdade não apenas de um grupo, mas de toda a sociedade e sem a necessidade de discussão de seus problemas estruturais.

4.12 REINDUSTRIALIZAÇÃO

Subjacente ao discurso da sustentabilidade das duas empresas analisadas perpassa o fato da reindustrialização brasileira. Isso porque, há uma forte associação do setor industrial e os serviços a ele ligados como promotores do dinamismo da economia e

propulsores de avanços tecnológicos capazes de superar as adversidades de todo o tipo⁶⁷.

Nesse sentido, merece atenção o Pró-Sertão⁶⁸, Programa de Industrialização do Interior, parceria entre o governo potiguar, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/RN) e a Federação das Indústrias/RN (Fiern) e que consiste na:

implantação de facções de costura no estado do Rio Grande do Norte visando aproveitar oportunidades decorrentes da ampliação mercadológica do setor de confecções previsto para o período de 2013 a 2018 contribuindo para a geração de emprego e renda. [...] O Pró-Sertão visa instalar 300 unidades de facção, gerar mais de 12 mil empregos diretos e produzir 126 mil peças/dia até dezembro de 2018 (SEBRAE/RN, 2016).

Para o CEO da Riachuelo, o Pró-Sertão é

[o] verdadeiro grito de liberdade de um povo que passou gerações lutando contra a seca. Antes do projeto, esse povo não tinha qualquer fonte de renda. Zero. O dinheiro que circulava por lá não provinha de cargos públicos, trabalhos informais e de projetos sociais (...). A nossa empresa aderiu à iniciativa porque acredita no potencial da indústria têxtil para promover o desenvolvimento social e econômico do interior do Rio Grande do Norte. Além disso, o programa apresenta garantias de ambiente de trabalho, auditorias periódicas e tratamento igualitário entre terceirizados e contratados das oficinas (ROCHA, 2018).

E completa:

O sertanejo é, sim, antes de tudo um forte. Por isso, precisa apenas de nossa confiança e estímulo para se erguer com as próprias forças. Não precisa de favores. O seu valor está em seu trabalho e na busca legítima de prosperidade (ROCHA, 2018).

Depreende-se a forte ligação da questão ambiental (seca) e suas consequências socioeconômicas, embora a empresa demonstre uma preocupação meramente

67 É a chamada “Indústria 4.0”, também conhecida como 4ª Revolução Industrial e que se apoia na Internet das coisas com vistas ao estabelecimento de uma indústria mais inteligente. É o principal projeto da ABIT e que credita ao conjunto de tecnologias digitais a capacidade de responder de forma rápida, personalizada e com redução de custos às demandas de mercado (ABIT, 2018).

68 Até o presente, o Pró-Sertão gerou 5 mil empregos diretos com 61 oficinas ativas dispersas por 50 cidades do interior potiguar, as quais prestam serviços de costura para 15 marcas (RIACHUELO, 2018).

econômica com as mazelas da aridez no semiárido potiguar. Além disso, empenha-se no estabelecimento de um empreendimento completamente diferente do perfil tradicional do sertanejo: a agricultura familiar.

O próprio diretor industrial da Guararapes, Jairo Amorim, em depoimento em um dos processos⁶⁹ em que a Riachuelo é ré, desmente o discurso de cunho social que envolve o Pró-Sertão. “O real motivo do programa é comercial, visando diminuir o tempo de entrega, que era em torno de seis meses, dos produtos em *jeans* e sarja importados da China e que, agora, com as oficinas de costura, passou a ser, em média, de 45 dias” (AMORIM, 2017).

Já ao anunciar “garantias de ambiente de trabalho, auditorias periódicas e tratamento igualitário entre terceirizados e contratados das oficinas”, percebe-se uma dissonância, uma vez que o Ministério Público do Trabalho (MPT-RN) cobra R\$ 38 milhões em indenizações da Riachuelo por irregularidades nas relações trabalhistas com as facções de costura (MPT-RN, 2018).

A Riachuelo defende “práticas trabalhistas mais modernas” e alega que a ação do MPT-RN destrói empregos e não protege o trabalhador. Assim, uma das reações da empresa foi organizar protestos na sede do MPT-RN com os seus funcionários da fábrica da Riachuelo, mas não com aqueles das facções. E, mais uma vez, seu CEO apresenta um discurso de apelo emocional como estratégia de persuasão:

considero ser a minha missão nessa passagem terrena que é transformar o RN na "Galícia Potiguar" [em alusão ao modelo implantado pela Zara]. Vejo que não consegui, mas o sonho não morreu. O nosso setor tem o potencial de transformar a realidade socioeconômica do RN. Basta que a Sra (procuradora do caso) deixe o ódio de lado e nos deixe trabalhar (ROCHA, 2017).⁷⁰

69 Processo n.0000694-45.2017.5.21.0007 – ACP – 07/11/2017 do TRT-21. A Guararapes responde a mais de 2,3 mil denúncias trabalhistas no TRT da 21ª Região e no TST (Saiba Mais Agência de Reportagem). Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/grupo-guararapes-e-alvo-de-mais-de-2-mil-aco-es-trabalhistas>>. Acesso em 09 abr. 2018.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O núcleo duro da ciência econômica está firmado na ideia de um fluxo circular isolado. Dela, decorrem importantes noções como a da sustentabilidade. Se preceitos constitutivos da economia são pouco representativos do mundo real, como revelou Georgescu-Roegen, a ideia resultante de sustentabilidade passa a ser questionável também.

Desse modo, o crescimento econômico ilimitado e harmônico com o meio ambiente até então entendido pela economia como coerente e factível exige uma revisão de seus conceitos fundantes capaz de permitir uma compreensão objetiva da relação entre o sistema econômico e o meio ambiente.

Sem essa avaliação profunda do funcionamento da economia, a sustentabilidade permanecerá como mero discurso de convencimento. A capacidade desse discurso de operar sob duas lógicas antagônicas — de um lado, alardeando sobre os riscos de um desastre ambiental, e, de outro, promovendo o crescimento econômico como solução do impasse da crise ecológica — é sintomática da falta de entendimento da vida econômica e de suas relações com o meio.

O discurso do desenvolvimento sustentável das empresas analisadas nesse trabalho é retórico, porque quase nunca suas ações práticas são convergentes com ele. Trata-se de um discurso que se limita à superfície da discussão econômica e seu entorno.

Assim como Georgescu-Roegen, mais do que apontar soluções prontas, as quais tendem a desconsiderar as particularidades de cada caso, este trabalho buscou apreender as causas primeiras da dissonância entre o discurso e as práticas sustentáveis ao assumir uma postura crítica diante o objeto de estudo.

70 Ver Alvo de ação de R\$ 37 milhões, Riachuelo diz que MPT destrói empregos. Consultor Jurídico, 22 set. 2017. Disponível em <<https://www.conjur.com.br/2017-set-22/alvo-acao-milionaria-riachuelo-mpt-destroi-empregos>>. Acesso: 17 ago 2018.

Como outras atividades econômicas, a cadeia de moda é dependente dos recursos fósseis. Desse modo, é incoerente discursar sobre práticas sustentáveis quando seu recurso natural primordial não é renovável. O entendimento dos limites biofísicos do planeta foi renunciado pelo discurso da sustentabilidade e, no seu lugar, forjou-se a perfeita compatibilização entre crescimento econômico e proteção ambiental.

As redes de moda brasileiras analisadas são parte de uma engrenagem maior, guiada pela alocação ótima dos bens no curto prazo, visando o lucro e despreocupadas com o bem-estar das gerações futuras.

O discurso da sustentabilidade assume feições de modismo e beneficia economicamente aqueles que se lançam nessa empreitada. É uma ode à eficiência produtiva, o que muitas vezes não significa que os recursos naturais são poupados. É um discurso amplamente proferido, mas pouco explicado, o que se deve em grande medida à falta de entendimento de seu aspecto multidimensional e à dificuldade de compreensão de problemas complexos. É um discurso pautado pelo viés econômico do problema ambiental, da proclamação do compromisso ético com as gerações futuras, mas que está no campo da retórica.

O atual estágio do capitalismo ignora as imutáveis leis da física enquanto o discurso da sustentabilidade produz a falsa sensação de que tal façanha é possível. Talvez, uma das oposições ao modelo econômico vigente que dá certa margem à sustentabilidade é a chamada economia solidária, entendida como um sistema de "empreendimentos coletivos autogestionários de produção, consumo, crédito, etc." (SINGER *apud* REIS, 2005).

Deste modo, o conceito deixaria de ser submisso a uma prática que "coloca o capital acima dos demais interesses da sociedade e passaria a ser associado à capacidade das organizações de se automanterem em um espaço de trocas no qual o econômico é "gestado a partir do social" (REIS, *idem*).

É uma posição que coloca em xeque as técnicas de "*marketing* verde" exercidas pelas duas empresas analisadas no presente trabalho, além de apresentar-se como alternativa econômica para um país como o Brasil, assolado por graves problemas de distribuição de renda e oferta de trabalho. Pode-se dizer que a economia solidária, idealmente, abriria o caminho para uma economia que valoriza a existência humana, conduzindo os indivíduos da sociedade a uma condição além da mera subsistência.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Muito além da economia verde**. Planeta Sustentável, 2012.

AKERLOF, George A.; SHILLER, Robert J. **Pescando tolos – a economia da manipulação e fraude**. Rio de Janeiro: Ed. Alta Books, 2016.

ALBUQUERQUE, Antonio Carlos Carneiro de. **O socioambientalismo na perspectiva da sociedade civil latino-americana: uma análise no âmbito das conferências das Nações Unidas**. 2008. 341f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, SP: 2008.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **O paradoxo de Jevons e a questão da eficiência**. Ecodebate, 29 fev. 2012. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2012/02/29/o-paradoxo-de-jevons-e-a-questao-da-eficiencia-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso: 01 mar. 2018.

_____. **Curva ambiental de Kuznets: mais desenvolvimento é a solução?** Ecodebate, 19 dez. 2012. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2012/12/19/curva-ambiental-de-kuznets-mais-desenvolvimento-e-a-solucao-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso: 08 mar. 2018.

AMAZONAS, Mauricio de Carvalho. Desenvolvimento sustentável e teoria econômica: o debate conceitual nas perspectivas neoclássica, institucionalista e da economia ecológica in NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Mauricio (orgs). **Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito**. Brasília: Editora Ibama, 2002.

ANTONIOLLI, Gabriel Otávio; GONÇALVES-DIAS, Sylmara Lopes Francelino. **Uma discussão em torno de responsabilidades, comunicação ambiental e greenwashing: o caso da Petrobrás**. Organizações e Sustentabilidade, jan./jun. 2015, v. 3, n. 1, pp. 3-46.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO – ABIT. Disponível em <<http://www.abit.org.br/uploads/arquivos/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Coletiva%20de%20Imprensa%20-%20VERS%C3%83O%201.pdf>>. Acesso: 25 jun. 2018.

BADEN-MAYER, Alexis. Carta Maior, 17 fev. 2015. Trad. CAMBAÚVA, Daniella. Disponível em <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/Monsanto-25-doencas-que-podem-ser-causadas-pelo-agrotoxico-glifosato/3/32891>>. Acesso: 12 ma. 2018.

BURSZTYN, Marcel; BURSZTYN, Maria Augusta. **Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012 pp. 31-64.

BBC BRASIL. **Entenda o que é o IPCC e suas conclusões**, 14 nov. 2007
Disponível em:
<https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/11/071107_ipcc_qa_pu.shtml>. Acesso: 04 abr. 2018.

CARNEIRO, Beatriz Scigliano. **A construção do dispositivo meio ambiente**. Revista eletrônica Ecopolítica, set-dez/2012, n.4, pp. 2-15.

CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia Livros, 2018.

_____. **Distribuir renda no Brasil sem mexer nos impostos é quixotesco**. El País, 26 jun. 2018. Entrevista a Felipe Betim e Heloísa Mendonça. Disponível em:
<https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/15/economia/1529091114_614722.html?id_externo_rsoc=FB_BR_CM>. Acesso: 28 jun. 2018.

CAVALCANTI, Clóvis. **Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico-econômica**. Estudos Avançados, 2012, vol.26, n.74, pp. 35-50.

CECHIN, Andrei Domingues. **Georgescu-Roegen e o desenvolvimento sustentável: diálogo ou anátema?** 2008. 208f. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental — PROCAM, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP: 2008.

_____. **A natureza como limite da economia: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen**. São Paulo: Editora Senac São Paulo/Edusp, 2010.

CHAGAS, Eduardo F. **O pensamento de Marx sobre a subjetividade**. Trans/ Form/Ação – Revista de Filosofia, maio-ago/2013, vol. 36, n.2, pp. 63-84.

CHIAVENATO, Júlio José. **O massacre da natureza**. São Paulo: Editora Moderna, 1989.

CHU, Kathy. **Why Zara is a 'fast fashion' pioneer**. The Wall Street Journal, 24 jun. 2014. Disponível em <<http://on.wsj.com/1q6yOyx>>. Acesso: 23 jul. 2018.

CIETTA, Enrico. **Fast fashion: uma oportunidade para as empresas brasileiras?** Revista dObra[s], v. 4, n. 10 (2010).

COBRA, Marcos Henrique Nogueira. **Administração de Marketing**. São Paulo: Atlas, 1992.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2a ed. Tradução de *Our common future*. 1a ed. 1988. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COSTA, Suiane Renata; VALDISSER, Cassio Raimundo. **Uma análise do discurso organizacional sob o prisma da responsabilidade socioambiental: o caso Sabesp**. Revista Metropolitana de Sustentabilidade, Jan./Abr. 2015, vol. 5, n. 1.

DALY, Herman. **Towards a steady state economy**. San Francisco: W.H. Freeman & Co, 1973.

_____. **Sustentabilidade em um mundo lotado**. Revista Scientific American Brasil, out/2005, n.41. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/sciam/reportagens/sustentabilidade_em_um_mundo_lotado.html>. Acesso: 22 mai. 2018.

DELGADO, Daniela. **Fast Fashion: Estratégia para conquista do mercado globalizado**. Modapalavra e-periódico, v. 1, n. 2 (2008). Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/modapalavra/article/view/7598/5101>>. Acesso: 23 jul. 2018.

DELMAS, Magali A., e BURBANO, Vanessa. Cuerel. **The drivers of greenwashing**. California Management Review. vol. 54, n.1, pp. 64-87.

ELKINGTON, John. **Canibais com garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2001.
GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **The entropy law and the economic process**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1971.

_____. **La décroissance: entropie, écologie, économie.** Nouvelle édition. Paris: Les Éditions Sang de la terre, 1995.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso: 13 jan. 2016.

GONÇALVES, Carlos Eduardo; GUIMARÃES, Bernardo. **Economia sem truques: o mundo a partir das escolhas de cada um.** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus/Elsevier, 2008.

GORE, Albert. **Uma Verdade Inconveniente — o que devemos saber (e fazer) sobre o aquecimento global.** Barueri, SP: Manole, 2006.

IDACAVAGE, Sara. **History Lesson: The Origins of Fast Fashion.** Fashionista, 8 jun. 2016. Disponível em <<https://fashionista.com/2016/06/what-is-fast-fashion>>. Acesso: 23 jul. 2018

INFOESCOLA. Disponível em: <https://www.infoescola.com/>. Acesso: 15 mai. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/phocadownload/noticias_ambientais/laudo_tecnico_preliminar.pdf>. Acesso: 24 jul. 2018.

INTELIGENCIA DE ESTUDOS E MARKETING INDUSTRIAL – IEMI. Disponível em <<http://www.iemi.com.br/varejo-de-moda-em-transformacao-2/>>. Acesso: 16 jul. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2015/default_tab_xls.shtm>. Acesso: 29 mar. 2016.

LEITE, Rogério César Cerqueira. **O fim da era da maldição do petróleo.** Folha de São Paulo, 21 maio de 2008. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2108200508.htm>>. Acesso: 09 abr. 2018.

MANIFESTO BRASIL 200 ANOS. Disponível em
<https://docs.wixstatic.com/ugd/3a73b8_d939d8bdcc4cbf8c1c2648b2e872c3.p> Acesso:
09 jul. 2018.

MARTÍNEZ ALIER, Juan: **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

MATTOS FILHO, Ary Oswaldo. **O conceito de valor mobiliário**. Revista de Administração de Empresas, abr/jun1985, vol. 25 n.2, pp. 37-51. Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901985000200003&lng=pt&tlng=pt>. Acesso: 2 ago. 2018.

MATTOS, Roberta Souza de (et al). **O fast fashion no Brasil: um estudo de cenários prospectivos para a moda brasileira em 2030 na perspectiva da cadeia de abastecimento logístico**. XX SEMEAD / Seminários de Administração, nov. 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE — MMA. Disponível em:
<<http://www.mma.gov.br/informma/item/8521-como-e-porqu%C3%AA-separar-o-lixo>>. Acesso: 08 mai. 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DO RIO GRANDE DO NORTE – MP-RN. Disponível em <<http://www.prt21.mpt.mp.br/component/search/?searchword=ACP%200000694-45.2017.5.21.0007&ordering=newest&searchphrase=all&limit=20>>. Acesso: 11 jul. 2018.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. Florianópolis: Editora UFSC, 2004.

MOYA, Iara Maria da Silva. **Crítica do discurso da sustentabilidade global: a comunicação como estratégia possível**. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação — Escola de Comunicação e Artes / Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

MORO, Rita Lopes; PAULINO, Sônia Regina. **Análise do sistema de certificação de fornecedores do varejo do vestuário**. XIX Engema, dez. 2017.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize. **Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios**. RAC, Curitiba, v. 15, n. 4, Jul./Ago. 2011, pp. 731-747.

MUELLER, Charles C. **O debate dos economistas sobre a sustentabilidade – uma avaliação sob a ótica da análise do processo produtivo de Georgescu-Roegen**. Estudos Econômicos. Oct-Dez/2005, vol.35, n.4. p. 687-713. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612005000400004>. Acesso 27 fev. 2018.

_____. **Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente**. Brasília: Editora UNB, 2007.

MURAN, Lisa. **Profile of H&M: A pioneer of *fast fashion***. Textile Outlook International, Julho 2007, pp. 11-36.

PARDINI, Flavia. **Por trás de uma curva**. Página 22 — Informação para o novo século. Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. out/2008, n. 24. p. 30-34. Disponível em <<http://pagina22.com.br/wp-content/uploads/2009/07/ed24.pdf>>. Acesso: 08 mar. 2018.

Pearce, D. W. & Turner, R. K. **Economics of natural resources and the environment**. New York: Harvester Wheatsheaf, 1990, p. 378.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.

PRADO, Eleutério F. S. **A ortodoxia neoclássica**. Estudos Avançados. jan/abr 2001, vol. 15, n.41. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000100003>. Acesso: 03 abr. 2018.

PRADO, Luís André do; BRAGA, João. **História da moda no Brasil: das influências às autorreferências**. 2 ed. Barueri: Disal Editora, 2011.

RATTNER, Henrique. **Liderança para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Nobel, 1999.

RECH, Sandra Regina. **Estrutura de cadeia produtiva da moda**. ModaPalavra e-periódico. Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Ano 1, jan-jul 2008, n.1, pp. 7-20. Disponível em <<file:///C:/Users/WIN70112/Downloads/7565-22523-1-PB.pdf>>. Acesso: 18 jul. 2018.

REIS, T. A. **Economia solidária e sustentabilidade Plural — o caso da COOPAED**. III Encontro Internacional de Economia Solidária: Desenvolvimento Local, Trabalho e Autonomia, 2005.

RENNER. Disponível em <<http://www.lojasrenner.com.br>>. Acesso: 23 jun. 2018.

RIACHUELO. Disponível em <<http://www.riachuelo.com.br>>. Acesso: 29 jun. 2018.

ROCHA, Gurgel Flávio. **Sem Dilma, volta de investimentos seria 'instantânea', diz presidente da Riachuelo**. BBC, 25 mar. 2016. Entrevista a Ruth Costas. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160324_riachuelo_flavio_rocha_partido_novo_rc_if>. Acesso: 08 jun. 2018.

RODRIGUES, Suzana Braga. **Cultura corporativa e identidade: desinstitucionalização em empresa de telecomunicações brasileira**. Rev. adm. contemp. Maio/Ago 1997, vol.1 n.2. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65551997000200004>. Acesso: 29 jul.2018.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO — TST. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/noticias/-/asset_publisher/89Dk/content/grupo-dono-da-riachuelo-tera-de-pagar-pensao-mensal-a-costureira-submetida-a-ritmo-excessivo-de-producao>. Acesso: 12 jul. 2018.

SACHS, Ignacy. **A revolução energética do século XXI**. Revista Estudos Avançados. jan/abril 2007, vol. 21. n. 59. pp. 21-38. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000100004>. Acesso: 09 abr. 2018.

SAFATIE, Vladimir. **O circuito dos afetos**. Café Filosófico CPFL. 29 set. 2015. Disponível em <<http://www.institutocpfl.org.br/2015/09/29/por-um-colapso-do-individuo-e-de-seus-afetos-com-vladimir-safatie-versao-na-integra/>>. Acesso: 07 fev. 2018.

SANTOS, Amélia et al. **Sacolas plásticas: destinações sustentáveis e alternativas de substituição**. São Carlos: Polímeros, 14/jun/2012, vol.22 n.3. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-14282012000300005>. Acesso: 02 mai. 2018.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995. pp. 243–298.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

SCHELLING, Thomas. **The cost of combating global warming: facing the tradeoffs**. Foreign Affairs. nov/dez 1997, vol.76 n.6. Disponível em <<https://www.foreignaffairs.com/articles/1997-11-01/cost-combating-global-warming>>. Acesso: 10 abr. 2018.

SCOTT, Willian. **Education and sustainable development: challenges, responsibilities, and frames of mind**. The Trumpeter, 2002, vol. 18, n. 1, pp. 22-34.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. Disponível em <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RN/Anexos/apresentacao-pro-sertao-padi.pdf>>. Acesso 10 jul. 2018.

SILVA, Eduardo Augusto da. **O peso das palavras, o choque dos ideais: uma análise crítica dos Indicadores de Sustentabilidade como critérios para a Gestão da Comunicação Organizacional**. 2011. 240f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SCOTT, Cynthia D.; JAFFE, Dennis T.; TOBE, Glenn R. **Visão, valores e missão organizacional: construindo a organização do futuro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1998.

SOUSA, José Manuel. **Uma economia “voodoo” para os desafios do séc. XXI? Uma avaliação crítica do pensamento económico dominante**. Set. 2015. Universidade de Lisboa. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/281865613_Uma_economia_voodoo_para_os_de_safios_do_sec_XXI_Uma_avaliacao_critica_do_pensamento_economico_dominante>. Acesso: 23 mai. 2018.

STERN, David. **The Rise and Fall of the Environmental Kuznets Curve**. World Development vol. 32, n. 8, pp. 1419–1439, 2004. Disponível em <<http://home.cerge-ei.cz/richmanova/UPCES/Stern%20-%20The%20Rise%20and%20Fall%20of%20the%20Environmental%20Kuznets%20Curve.pdf>>. Acesso: 09 jan. 2018.

THE STATE OF FASHION 2018. Disponível em <https://cdn.businessoffashion.com/reports/The_State_of_Fashion_2018_v2.pdf>. Acesso: 17 jul. 2018.

TONIN, Guerino; MADRUGA, Sergio. Global Reporting Initiative – GRI para monitorar a sustentabilidade da empresa: uma avaliação. In MARCOVITCH, Jacques (Org). **Certificação e sustentabilidade ambiental: uma análise crítica/organização**. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.usp.br/mudarfuturo/cms/wp-content/uploads/Certifica%C3%A7%C3%A3o-e-Sustentabilidade-Ambiental-Trabalho-Final_261012.pdf>. Acesso: 03 jul. 2018.

VEIGA, José Eli da. **Para entender o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora 34, 2015 (1ª edição).

_____. **Meio ambiente e desenvolvimento**. São Paulo: Editora Senac, 2006.

_____. Economia em transição. In: ALMEIDA, Fernando (Org.). **Desenvolvimento sustentável 2012-2050: visão, rumos e contradições**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2012.